

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 5, Número 5, Maio de 2016

O sequestro do “Soft Power”

Christopher Walker

**A Evanescente Miragem do
“Consenso Liberal”**

James Dawson e Seán Hanley

O Liberalismo Sem Resultados

Ivan Krastev

**O Compromisso dos Islamistas
na Tunísia**

Kasper Ly Netterstrøm

Como a Mídia Destruiu as Transições

Marc Lynch

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Maria Cecília Porto

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

Este número do *Journal of Democracy* em Português reúne artigos que, em sua maioria, fazem uma revisão crítica das esperanças democráticas suscitadas pelo fim da União Soviética e do socialismo real no leste da Europa e, mais recentemente, pela chamada Primavera Árabe. A questão comum que os perpassa é por que aquelas esperanças se viram em boa medida frustradas, muito especialmente nos países árabes.

Em “O Sequestro do Soft Power”, Christopher Walker chama a atenção do leitor para um fenômeno sem precedente: a utilização, por regimes autoritários ou semi-autoritários, de estratégias e ferramentas de atuação internacional normalmente associadas ao exercício do soft power por países democráticos. Com o foco sobre a China e a Rússia, o autor ressalta o empenho crescente de regimes não democráticos em influenciar a opinião pública mundial por meio da criação de canais internacionais de televisão e organizações supostamente não governamentais que, sob a aparência de certa neutralidade e profissionalismo, atuam sob o comando dos respectivos governos. Walker argumenta que assistimos não apenas a uma interrupção da onda democrática que se verificou no mundo depois da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Testemunhamos, isto sim, a ofensiva de regimes não democráticos que ingressaram com novos e mais inteligentes meios na batalha por corações e mentes na esfera da opinião pública global.

Seguem-se dois artigos em que os autores polemizam entre si a respeito da extensão, profundidade e razões do crescimento de movimentos e partidos antidemocráticos, quando não xenófobos e racistas, nos países da antiga Europa oriental, em alguns casos resultando na formação de governos no mínimo ambivalentes em relação a valores básicos da democracia. Em “O Evanescente Consenso Liberal”, James Dawson e Seán Hanley, responsabilizam as elites econômicas locais

e da União Europeia (EU) pelo ressurgimento de tendências antidemocráticas historicamente presentes naqueles países. Para os autores, esse ressurgimento é o preço que agora se paga por uma agenda de políticas que acenou com os benefícios da economia de mercado em detrimento da ênfase nos valores da democracia.

Ivan Krastev, em seu “Liberalismo sem Resultado”, acolhe parte do argumento de Dawson e Hanley. Reconhece que, mesmo na Polônia, onde maior foi o sucesso econômico da integração à EU, recentemente foi eleito um governo com inclinações não democráticas. Krastev, porém, vê os casos dos países do leste da Europa como parte do fenômeno mais amplo de crise da democracia em todo o continente europeu. Sustenta que as causas do problema estão na crise econômica (e na crise imigratória). Contrastando com o pessimismo de Dawson e Hanley, ele relembra o período entre o final dos anos 1960 e 1970, quando, no coração da Europa Ocidental, em particular na Itália, em meio à radicalização política, emergiram organizações terroristas e a democracia liberal parecia estar sob ameaça fatal. Para Krastev, as instituições da democracia-liberal superarão mais esta crise, mesmo que parte dos atores políticos, como na Europa de então, se choquem contra elas.

O artigo de Kasper Ly Netterston sobre a Tunísia é, por assim dizer, o mais alentador deste número. Nele a pergunta não é sobre o que deu errado, mas sim sobre por que deu certo a transição para a democracia num país de maioria islâmica. O autor destaca a mudança ocorrida no interior do partido islâmico Ennahda, que conseguiu encontrar espaços específicos para a religião e a política, deixando para trás o islamismo utópico que marcou sua fundação. A atuação do Ennahada passou a obedecer a cálculos políticos similares aos de qualquer partido conservador submetido às regras de um Estado democrático. Netterston chega a compará-lo ao Partido Republicano, nos Estados Unidos, no qual é cada vez maior o peso do conservadorismo evangélico. Os líderes do Ennahada teriam, segundo o autor, compreendido a impossibilidade

de fundir religião e política num país diverso e mais ocidentalizado do que os demais países árabes. Isso não significa que tenham desistido de difundir valores islâmicos na sociedade tunisiana e influenciar as decisões políticas com base nesses valores. É cedo, portanto, acrescentarmos, para tirar conclusões definitivas sobre o caso da Tunísia, o que não o torna menos interessante, antes o contrário.

Este número termina com o artigo em que Marc Lynch avalia o papel da mídia árabe nas revoluções e revoltas que varreram parte importante do Norte da África e do Oriente Médio entre 2011 e 2012. Para o autor, a mídia contribuiu para o insucesso da Primavera Árabe. De um lado, na ausência de real liberdade de imprensa, a mídia convencional logo se tornou instrumento de disputa entre interesses políticos e geopolíticos, inclusive a Al Jazeera. De outro, com a difusão da Internet e dos *smart phones*, a “rua árabe” passou a se comunicar por meio das mídias sociais, as quais tendem separar a opinião pública em nichos de adeptos da mesma causa ou ponto de vista. A combinação desses dois fenômenos teria resultado no aumento da polarização e do medo sobre os desdobramentos do processo político, contribuindo para que ele degenerasse em lutas sectárias.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

O Sequestro do “Soft Power”*

Christopher Walker

*Christopher Walker é diretor-executivo do International Forum for Democratic Studies do National Endowment for Democracy. Este texto é o ensaio de conclusão do livro *Authoritarianism Goes Global: The Challenge to Democracy* (2016), publicado pelo *Journal of Democracy*.*

Desde o fim da Guerra Fria, o Ocidente democrático tem dado proeminência especial à ideia de integração de regimes não democráticos à ordem liberal internacional. Para líderes e analistas dos Estados Unidos e Europa, a integração tem sido um conceito organizador dominante na política externa, servindo de estrela-guia para a estratégia ocidental neste último quarto de século. O pressuposto central das democracias tem sido o de que um engajamento paciente com estados autoritários resultará em claros benefícios mútuos. Ao aceitar tais regimes e encorajar a sua integração no sistema econômico global e em instituições políticas chave, as potências ocidentais esperavam induzir as autocracias a realizarem reformas políticas significativas, tornando-se, no final, mais parecidas com as democracias. Até mesmo os casos mais difíceis para a democratização, como a China e a Rússia, deveriam caminhar devagar, mas inevitavelmente, em direção à liberalização política, à medida que suas economias crescessem e as classes médias se desenvolvessem.

* Publicado originalmente como “The hijacking of ‘soft power’”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 1, Janeiro de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

Numa reviravolta inesperada, porém, os regimes autoritários, pequenos e grandes, viraram a mesa sobre as democracias. Em vez de praticar as esperadas reformas, a maioria desses regimes repressivos aprofundou seu autoritarismo. E estão agora se voltando para o exterior. Embora os principais regimes autoritários estejam hoje integrados de diversas formas ao sistema global, eles não ficaram mais parecidos com as democracias; ao contrário, desenvolveram políticas e práticas com o objetivo de bloquear o avanço da democracia. Aproveitando-se da globalização e das oportunidades proporcionadas pela integração com o Ocidente, esses estados passaram a solapar as mesmas instituições e fóruns que os acolheram.

Hoje, os regimes autoritários estão projetando seu poder além de suas fronteiras. Eles querem atingir instituições democráticas cruciais, inclusive o sistema eleitoral e a mídia. Eles usam vínculos profundos de economia e negócios para exportarem práticas corruptas e insinuarem-se na política das democracias, tanto das recentes como das já estabelecidas. Influenciam a opinião pública internacional e investem pesadamente em seus próprios instrumentos de “soft power” a fim de competir com a democracia no campo das ideias. Em 2014, o Fórum Internacional de Estudos Democráticos do Fundo Nacional para a Democracia (“National Endowment for Democracy’s International Forum for Democratic Studies”) lançou um programa de dois anos sobre o ressurgimento do autoritarismo, do qual este e outros trabalhos fazem parte. Estes estudos revelaram que países diversos entre si como China, Rússia e Venezuela, e mesmo arquirrivais como Irã e Arábia Saudita, apesar de discordarem em vários pontos, têm o amplo objetivo comum de conter o avanço da democracia. Além disso, estes regimes estão tirando vantagem dos benefícios da integração para colocar em prática esse objetivo, em seus próprios países e internacionalmente.

Uma área em que o crescimento do poder autoritário tem tido grande visibilidade é a da geopolítica. A China, por exemplo, tem exercido sua influência de forma mais impositiva no Mar da China Meridional, exibindo sua força em uma frenética atividade de construção nas Ilhas Spratly, e adotando com frequência um perfil militar mais assertivo na região. A Rússia, embora vista por alguns como enfraquecida, deslançou uma intensa política de rupturas: no intervalo de dezoito meses, anexou a Crimeia, invadiu a Ucrânia e abriu caminho para uma presença significativa de novos recursos militares no Oriente Médio. Ataques aéreos russos na Síria, iniciados em setembro de 2015 em nome do regime brutal de Bashar al-Assad, pegaram o Ocidente desprevenido, assim como as incursões militares do Kremlin na Criméia e em outras partes da Ucrânia em 2014. Enquanto isto, o Irã aumentou suas atividades no Afeganistão, Iraque e Líbano. Elevando também sua presença na Síria, enviou tropas ao país em outubro de 2015, ao lado da Rússia, em uma demonstração de solidariedade. A Arábia Saudita, por sua vez, tem posto em prática há meses uma campanha de bombardeios no Iêmen, desafiando seu rival Irã em uma região marcada por vácuos de poder.

A disposição desses regimes não liberais de usar seu poder militar é um sinal de mudança no ambiente internacional. Mas é o desenvolvimento do chamado “soft power”, por estes regimes, que consiste o aspecto mais conspícuo do novo autoritarismo. O termo “soft power”, porém, não se aplica adequadamente a estes esforços, já que nenhum deles corresponde à concepção de Joseph Nye desse poder, que enfatiza a capacidade dos estados de atrair outros pela legitimidade de suas “políticas e pelos valores que as fundamentam”¹. Mesmo o modelo chinês, que tem atraído grande número de governos autoritários e até alguns analistas do Ocidente, está repleto de problemas. Mas isso não tem impedido os principais governos autoritários de sequestrar o

conceito de “soft power” como parte de uma ampla investida contra a democracia e seus valores.

Através do aprendizado autoritário (pela adaptação ou imitação das formas democráticas, por exemplo) e tirando vantagem das oportunidades oferecidas pela globalização, os formadores de tendência do mundo autoritário criaram um moderno instrumental antidemocrático que de várias maneiras funciona como imagem de espelho do “soft power” democrático. Isto inclui organizações não governamentais organizadas pelo governo (GONGOs), o monitoramento “zombie”^{*} de eleições, investimento e ajuda externa, e empresas midiáticas, tanto novas como tradicionais.

Os principais governos autoritários estabeleceram uma ampla constelação de GONGOs coniventes com seus regimes, inclusive *think tanks* e institutos políticos que operam domesticamente e no exterior. Alguns destes grupos são benignos, mas muitos operam com o objetivo de subverter o debate autêntico, disseminando mensagens do regime de forma não transparente ou misturando-se às vozes autênticas. O monitoramento “zombie”, que permite aos regimes autoritários manipular a integridade de processos de eleição, é uma destas inovações. Em termos de auxílio e investimento, a China e outros governos autoritários têm despejado vastas somas de dinheiro nos países em desenvolvimento, possibilitando aos governos receptores deixar de lado os padrões de transparência e de responsabilidade exigidos pelas instituições financeiras internacionais estabelecidas.

Finalmente, os regimes não liberais estão aumentando a capacidade de suas mídias, novas e tradicionais, e o conteúdo de seus programas de rádio e televisão com a finalidade de atingir audiências globais. Na superfície, essas empresas parecem instrumentos de “soft power”, só que a CCTV da China e a RT da Rússia não são a BBC e a Deutsche Welle, que operam de acordo com um sistema de valores fundamentalmente diferente. Como a responsabilidade editorial de estabeleci-

* Que parece mas não é. (N. daT.)

mentos midiáticos autoritários é da liderança política, o conteúdo que eles produzem está comprometido, por omissão ou intervenção editorial. Portanto, se é que a CCTV fará alguma reportagem sobre temas controversos como o massacre da Praça da Paz Celestial, o Tibete ou Formosa, não será de forma imparcial ou crítica. E a RT, enquanto isso, não deixa de seguir a linha do Kremlin, racionalizando o “status quo” que o regime quer manter ao retratar, cinicamente, todos os regimes, sejam eles autoritários ou democráticos, como corruptos.

Similarmente, o aprofundamento da integração comercial das duas últimas décadas tem permitido que os governos chinês e russo exerçam sua influência nas questões políticas tanto das democracias jovens como das já estabelecidas. Estes regimes identificaram maneiras de comprometer os valores da transparência e da responsabilidade, e de exportar corrupção às democracias. Sob Vladimir Putin, por exemplo, uma peça central do engajamento da Rússia com o Ocidente tem sido a corrupta e oportunista exportação de hidrocarbonetos, o que tem impactado as instituições financeiras, legais e políticas ocidentais².

Em resumo, o instrumental autoritário possibilita que regimes não liberais projetem sua influência no espaço democrático de várias maneiras. Ao mesmo tempo, regimes autoritários têm se dedicado a silenciar vozes das democracias. Com o tempo, universidades, *think tanks* e companhias de mídia e de tecnologia do Ocidente que operam na China, Rússia, Arábia Saudita e em outros estados do Golfo, cada vez mais têm se integrado comercialmente a estes sistemas autoritários. Isto tem feito com que, às vezes, estes regimes cooptem seus parceiros ocidentais e os induzam a autocensura, prejudicando, desta forma, as normas de livre expressão através deste tipo de coerção econômica.

Além disso, os autoritários estão tentando desagregar as instituições que têm servido como a cola unificadora da ordem pós-Guerra Fria. Regimes não liberais trabalham juntos no interior de organizações regionais e internacionais consagradas, que têm sido de crucial

importância para o quadro político global – ONU, Organização dos Estados Americanos, Conselho da Europa e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) - com o objetivo de neutralizar seus componentes de direitos humanos e democracia. Enquanto isto, governos autoritários estão estabelecendo suas próprias organizações, como a Organização para Cooperação de Xangai e a União Econômica Eurasiática, que têm promovido normas alternativas, coniventes com o autoritarismo.

Em um período de tempo relativamente curto, os principais regimes repressivos conseguiram forjar uma impressionante infraestrutura de desafio às democracias e a seus valores, em uma verdadeira competição sobre normas, que emergiu assim que o poder normativo do Ocidente evidenciou-se. Como observa Alexander Cooley, os principais regimes autoritários estão desafiando a noção de direitos humanos universais, e propagando em seu lugar normas baseadas em segurança e “soberania de estado”, “diversidade civilizacional”, e a defesa de “valores tradicionais” contra a democracia liberal. Todos estes pontos têm merecido hoje um significativo apoio. Os efeitos são mais visíveis no estreitamento do espaço político para a sociedade civil, nas missões redirecionadas que as organizações regionais têm abraçado, e na crescente influência de poderes não ocidentais como patronos internacionais³.

O ruim fica pior

Diante desta mobilização autoritária, as democracias têm sido pegadas de calças curtas. Devido em parte à complacência, mas também à “crise de confiança” que se instalou depois da crise econômica global de 2008-2009 (e que tem sido exacerbada pela crise da migração em massa na Europa, iniciada em 2015), as democracias estabelecidas não deram até o momento nenhuma resposta coerente à arrancada autoritária. E o que é mais problemático, o Ocidente parece ter sucumbido a um torpor político que contribui para uma “falta de imaginação”

ainda maior, que o impede de responder aos sérios desafios que têm surgido neste novo e questionado ambiente⁴. Para poder entender os crescentes desafios à democracia impostos pela arrancada autoritária, devemos examinar a evolução do instrumental autoritário desde que a “reação” contra a democracia começou, em meados da primeira década do século XXI.

A princípio, a reação era aparente apenas em um número limitado de países e se restringia, sobretudo, ao nível doméstico. Nesta fase inicial, os regimes autoritários usaram medidas legais, regulatórias e informais, com frequência restringindo liberdade de expressão e de associação, para obstruir a emergência do pluralismo democrático. A repressão em ambientes autoritários tende a exibir um vai-e-volta em que o aperto do governo é a princípio mais forte, e depois de certo ponto, relaxa. A reação autoritária, porém, nunca atenua. Ao contrário, tem ganhado “momentum” e se aprofundado em intensidade ao longo da última década.

O relatório *Freedom in the World*, da organização não governamental americana Freedom House, revelou que em cada um dos últimos nove anos, declínios nos direitos políticos e nas liberdades civis ultrapassaram os progressos. É digno de nota que uma grande parte destes declínios tem ocorrido em países que já integravam a lista dos Não Livres, da Freedom House. Em outras palavras, países nas piores categorias tornaram-se ainda mais repressivos, afundando mais ainda dentro daquela categoria. Este aprofundamento do autoritarismo em ambientes que já eram repressivos tem sido um fator crucial de declínio nas classificações da Freedom House, uma situação que tem sido citada frequentemente como evidência de uma “recessão democrática”.

Uma grande parte desta história é encontrada em duas regiões que representam centros de autoritarismo: a antiga União Soviética (FSU) e Oriente Médio e África do Norte (MENA). Na FSU, direitos e liberdades declinaram acentuadamente em países como Azerbaijão, Caza-

quistão e Tadjiquistão entre 2006 e 2015. E, além disso, na Rússia, cuja intensificação do autoritarismo tem implicações não apenas sobre seus vizinhos, mas sobre o mundo todo, direitos políticos e liberdades civis pioraram significativamente durante estes anos. Na região do MENA, de dezoito países, quinze tornaram-se menos livres nos últimos dez anos, e em alguns casos, de forma considerável. (A Tunísia, que acabou de estabelecer sua jovem democracia, é, claro, uma exceção). Países como Bahrain, Irã, Jordânia e Arábia Saudita, que já eram extremamente autocráticos, endureceram ainda mais, especialmente desde os levantes árabes. O Egito, sob o presidente Abdel Fattah al-Sisi, é em muitos sentidos até mais repressivo do que havia sido na era de Hosni Mubarak.

A China, com a maior população mundial e segunda maior economia, figura entre os estados politicamente mais repressivos do mundo. Na escala combinada de 100 pontos⁵ da Freedom House para direitos políticos e liberdades civis, a China marca irrisórios 17 pontos, o mesmo registro de 2006. De um total de 40 pontos possíveis para direitos políticos, a China só marcou 2 pontos, um número surpreendentemente baixo que reflete a sistemática repressão e negação dos direitos políticos naquele país. Como na Rússia, o crescente autoritarismo em uma China cada vez mais internacionalista repercute para além de suas fronteiras.

Acima de tudo, os governantes autoritários estão preocupados com a sobrevivência de seus regimes, e eles estudam e aprendem com outros regimes autoritários, tanto do passado como do presente, para manter o poder. O Partido Comunista da China (PCC) escrutinizou o colapso do sistema soviético para poder evitar o mesmo destino⁶, enquanto que o Kremlin de Vladimir Putin tem estudado cuidadosamente a durabilidade do sistema chinês no período pós-Praça Celestial. No primeiro caso, o PCC busca tirar lições do fracasso soviético; no segundo, o Kremlin pós-soviético, como inúmeros outros governos autoritários contemporâneos, tenta juntar o que pode do aparente su-

cesso da China em reprimir a oposição política enquanto faz crescer sua economia.

Um dos sinais da prioridade que os regimes autoritários têm dado à segurança do regime é o investimento maciço em segurança interna, o que, surpreendentemente, tem sobrepujado até mesmo os orçamentos militar e de defesa externa. Os governos chinês e iraniano, por exemplo, usam fundos públicos para construir vastos aparatos de segurança devotados a reprimir a dissidência interna⁷. Logo após os levantes árabes de 2011, a Arábia Saudita aumentou para sessenta mil o pessoal do seu ministério do interior, que antes já era amplo⁸. Estes regimes têm feito da prevenção à dissensão doméstica, a pedra fundamental de suas estratégias de segurança nacional (leia-se de segurança do “regime”).

Combatendo as “Revoluções Coloridas”

Em países onde os direitos democráticos mais elementares são rotineiramente negados, a ameaça de uma “revolução colorida”^{***} tornou-se o conceito organizador central em torno do qual regimes autoritários formulam suas estratégias de segurança e propaganda. Um exemplo disso foi a Conferência sobre Segurança Internacional de Moscou, em maio de 2014, patrocinada pelo ministério de defesa da Rússia, que teve seu foco no impacto do protesto popular – especificamente das “revoluções coloridas” – na segurança internacional. Entre os conferencistas estavam o ministro da defesa, Sergei Shoigu, e o ministro das relações exteriores, Sergei Lavrov. Altos dirigentes de governos não democráticos, como da China, Egito, Irã, Síria e Emirados Árabes Unidos, participaram da conferência, assim como de Myanmar, país que vive no momento uma transição turbulenta. Os conferencistas russos alertaram os participantes que “revoluções coloridas são uma nova forma de guerra inventada pelos governos ocidentais, que buscam remover os governos nacionais independentes por outros, controlados pelo Ocidente”⁹.

^{***} Ondas revolucionárias, de origem popular (NdaT)

Em setembro de 2015, Rússia, Bielo-Rússia e Sérvia – então aspirante à União Europeia – participaram de um exercício de treinamento militar intitulado Irmandade Eslava 2015, ocorrido na cidade russa de Novorossiysk. O general Valeriy Gerasimov, chefe do Estado-Maior russo, explicou que este tipo de exercício era necessário porque as “revoluções coloridas” são “uma forma de luta armada que deve ser enfrentada pela força militar”. Segundo Gerasimov, interpretar as revoluções coloridas como um tipo de guerra permite que se façam ajustes militares e que as forças armadas possam conceber maneiras de se opor a tais movimentos populares¹⁰. Por meio dos exercícios de treinamento como os da Irmandade Eslava 2015, a Rússia e outros estados autoritários estão desenvolvendo sua mão de ferro para conter o desenvolvimento democrático e qualquer forma de dissidência organizada.

Da mesma forma, a China tem devotado atenção considerável ao conceito de “revoluções coloridas”. Em 13 de junho de 2015, por exemplo, o “Diário do Povo”, porta-voz do partido comunista chinês, publicou cinco artigos acadêmicos em que eram exploradas as raízes das revoluções coloridas e o que a China deveria aprender com a experiência das nações afetadas. O regime comunista da China acredita que há a mão dos Estados Unidos nestes movimentos de protesto e que ONGs têm ajudado a fomentá-los. A estratégia militar oficial chinesa agora declara que “forças anti-China nunca desistiram de instigar uma ‘revolução colorida’ neste país”¹¹. Ao atribuir responsabilidade pela dissidência doméstica a forças externas, estes governos criam a base lógica para a internacionalização de suas estratégias de “contenção da democracia”.

Estes tipos de exercícios militares e de segurança entre nações demonstram a extraordinária extensão da tentativa de sufocamento do pluralismo político por parte destes regimes. Isto é parte de um esforço maior da aprendizagem autoritária que também tem ajudado o autoritarismo a articular métodos ainda mais sofisticados de controle da sociedade civil, da comunidade empresarial e da oposição política.

A aprendizagem autoritária também tem desempenhado um papel considerável na definição de como regimes repressivos administram e censuram a Internet, que eles enxergam como uma ameaça crescente. A China é líder neste sentido, demonstrando que é possível expandir o acesso à Internet – cerca de 640 milhões de pessoas estão online hoje na China – e ao mesmo tempo manter controle efetivo sobre o conteúdo político. As autoridades de Pequim, como em muitas outras capitais de governos igualmente não liberais, se aproveitam da globalização do comércio para utilizar a mais moderna tecnologia disponível no mercado mundial, geralmente oferecida por firmas ocidentais, para censurar a Internet. Para enfrentar este grau de uso online e o desafio imposto à capacidade do regime de dominar narrativas políticas chave, o partido comunista chinês tem tomado um vasto e variado conjunto de medidas para manter o controle¹².

As medidas de censura do PCC também têm tido um efeito de demonstração no exterior. Outros países – autoritários e semi-autoritários – veem o “sucesso” da abordagem de Pequim no controle da Internet e de outras tecnologias de informação e comunicação, e se dão conta de que a censura online sistemática pode de fato ser obtida. Com o tempo, outros países têm aprendido por observação ou assistência direta da China, e adaptado métodos de repressão à Internet em seus próprios contextos.

Em setembro de 2013, autoridades chinesas, mencionando a necessidade de coibir o que chamavam de “boatos online”, divulgaram novas diretrizes para as redes sociais que serviam de fóruns populares vitais para discussão política. Sob as novas regras, usuários da Internet que postassem comentários difamatórios vistos por 5.000 usuários ou repostados mais de 500 vezes poderiam pegar até três anos de prisão. Desde a sua adoção, esta medida suprimiu efetivamente as vozes cívicas com maior número de seguidores. O Kremlin claramente percebeu o ocorrido, pois menos de um ano mais tarde, em agosto de 2014, baixou um novo conjunto de regulações similares às da China. A lei do blogger

da Rússia exige que qualquer pessoa cuja presença online atraia mais de 3000 leitores por dia, registre-se, revele informações pessoais e se submeta aos mesmos regulamentos dos meios de comunicação de massa.

Regimes autoritários também estão aprendendo uns com os outros como promover o sufocamento da sociedade civil independente. Em anos recentes, regimes autoritários lançadores de tendências têm adotado uma cascata de leis restritivas contra o setor da sociedade civil, e outros países, inclusive democracias, têm seguido o seu exemplo¹³. O mais preocupante é que o aprendizado intensivo que está ocorrendo em nível doméstico tem sido crucial para o desenvolvimento de métodos autoritários de obstrução da democracia além das próprias fronteiras. Em outras palavras, os mais influentes regimes autoritários, Rússia e China em primeiro lugar, têm servido de incubadoras para a inovação de técnicas antidemocráticas que são agora aplicadas internacionalmente. E, de modo geral, os observadores nas democracias têm deixado de levar isto e conta.

O desafio da Democracia “Zombie”

Através de experimentação e aprendizagem, regimes autoritários têm refinado suas técnicas de manipulação em nível doméstico. Ao construir falsos partidos políticos, pretensos movimentos sociais e empresas controladas pelo estado que de várias maneiras dão a impressão de serem como as democráticas, os autocratas simulam instituições democráticas como forma de se prevenir contra o enraizamento da democracia autêntica.

Regimes autoritários têm combinado a punição severa a ONGs independentes, por exemplo, com o crescimento de GONGOs patrocinadas pelo estado, sendo que estas últimas são descritas por Moisés Naím como entidades que “empregam as práticas da democracia para sutilmente solapar a própria democracia”¹⁴. Pequim mudou sua tática agressivamente, enchendo o espaço público com GONGOs e, como parte de suas maiores ambições, procura desenvolver um con-

junto de grupos de reflexão patrocinados pelo estado. Em 27 de outubro de 2014, no sexto encontro do Grupo de Liderança de Reformas Gerais, o presidente chinês Xi Jinping, que chefia o grupo, defendeu a criação de um novo conjunto de grupos de reflexão dirigidos pelo partido:

Construir um novo tipo de grupo de reflexão com características chinesas é uma missão importante e urgente. Estes grupos devem visar à promoção de tomadas de decisões científicas e democráticas, a modernização e capacitação do sistema de governança do país, e o fortalecimento do soft power da China¹⁵.

O Partido Comunista da China já levou o conceito de GONGO a dar um passo à frente, ao requerer que todas as organizações culturais, econômicas e sociais domésticas estabeleçam grupos organizados pelo partido (às vezes chamadas de PONGOs), o que permitirá às autoridades reivindicar um controle ainda maior nesta esfera¹⁶.

Como a democracia “zombie” autoritária tem migrado do nível doméstico ao internacional, as GONGOs organizadas pelo governo chinês insinuam-se cada vez mais sobre organizações democráticas, regionais e supranacionais. Em sessões da Revisão Periódica Universal (RPU) – uma das principais funções do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sediada em Genebra, que promove a revisão da situação dos direitos humanos em todos os estados membros da ONU –, organizações “não-governamentais” alinhadas com Pequim participam de encontros das Nações Unidas para elogiarem as autoridades chinesas e assediarem os ativistas de direitos humanos que criticam o governo chinês neste fórum.

Em outubro de 2013, várias GONGOs chinesas ocuparam a cidade de Genebra quando os direitos na China estavam sendo revisados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Nestas sessões da RPU, representantes das GONGOs, às vezes em coordenação com diplomatas chineses, utilizam uma variedade de táticas para intimidar ativistas,

tirando fotos deles sem autorização, e enchendo salas de reuniões com representantes do regime para abafar as vozes que acusam os abusos de direitos humanos. Segundo uma investigação da Reuters de 2015, 47 ONGs da China continental, Hong Kong e Macau estão autorizadas a participar dos encontros do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Deste total, pelo menos 34 são GONGOs, sob a autoridade de ministérios governamentais chineses, ou chefiadas por membros do partido ou do governo, ativos ou aposentados¹⁷.

No que já se tornou um rito anual nos Encontros de Implementação da Dimensão Humana (HDIM) da OSCE, em Varsóvia, as GONGOs de países como Azerbaijão, Bielo-Rússia, Cazaquistão e Rússia participam de procedimentos destinados a permitir que grupos autênticos da sociedade civil manifestem sua opinião sobre direitos humanos e democracia em seus países¹⁸. Em 2014, GONGOs apoiadas pelo Kremlin, fieis aos seus objetivos, tumultuaram as discussões sobre a invasão da Rússia na Ucrânia. Em setembro de 2015, GONGOs do Azerbaijão entraram em confronto ativamente contra os participantes da sociedade civil e tentaram confundir os registros de direitos humanos no país.

Da mesma forma, os governos de Cuba e Venezuela levaram GONGOs à Cúpula das Américas, em abril de 2015, no Panamá, com o objetivo de apresentar grupos patrocinados pelo regime como se fossem membros autênticos da sociedade civil. Muitos destes grupos afirmam que são autônomos, no entanto defendem fielmente as posições dos governos de seus países.

Enquanto isto, além de influenciar os procedimentos de organizações regionais, a Rússia aplica recursos extensivos em GONGOs de países localizados em sua periferia e além dela. Através de organizações como a Russky Mir e a Fundação de Defesa dos Direitos de Compatriotas no Exterior, o Kremlin financia muitas iniciativas deste tipo. Os estados bálticos têm aguentado uma dose especialmente pesada de “soft power” russo, enquanto GONGOs apoiadas pelo Kremlin ten-

tam influenciar o debate público e formar as visões dessas sociedades, onde vivem populosas comunidades de etnia russa.

De acordo com um relatório de 2015, a iniciativa de jornalismo investigativo “Re:Baltica” descobriu que em 2013 a Russky Mir estava financiando a promoção de “língua e cultura russas” nos estados bálticos, enquanto que a Fundação para a Defesa dos Direitos de Compatriotas no Exterior, de menor porte, financiava “cineastas que apoiam e promovem” a versão russa da história do século XX; “pesquisadores que acusam os estados bálticos e a Ucrânia de violações de direitos humanos”; pessoas de etnia russa “que foram processados por participarem nos distúrbios de 2007 em Tallinn”; e “pessoas que participaram da deportação de cidadãos da Lituânia para a Sibéria” durante e depois da Segunda Guerra Mundial¹⁹. Ao mesmo tempo em que reprime implacavelmente as atividades de ONGs independentes na Rússia, fora de suas fronteiras o Kremlin se aproveita avidamente dos espaços abertos das democracias, providenciando suporte político e financeiro a GONGOs afinadas com seu regime que operam sem impedimentos nos espaços democráticos.

Regimes autoritários também têm começado a usar métodos de manipulação de eleição em nível internacional, apoiando falsos grupos de monitoramento que endossam eleições fraudulentas com o objetivo de obscurecer as avaliações de organizações de monitoramento confiáveis. Estes monitoramentos “zombies” têm proliferado amplamente. Duas iniciativas dirigidas por governos autoritários, a Organização de Monitoramento de Eleições da Comunidade de Estados Independentes (“Commonwealth of Independent States Election Monitoring Organization”) e a Organização de Cooperação de Xangai (“Shanghai Cooperation Organization”), enviaram pretensos monitores a apurações eleitorais recentes em várias partes da Eurásia. Em outubro de 2013, o governo do Azerbaijão chamou monitores “zombies” do exterior para absolver sua eleição presidencial evidentemente manipulada. Um bando de organizações de monitoramento falsificadas, com

nomes como Missão de Observação da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e Caribe (“Observer Mission of the Standing Conference of Political Parties of Latin America and the Caribbean”) e Missão de Observação da ONG Fórum da Organização da Cooperação Econômica do Mar Negro (“Observer Mission of the NGO Forum of the Organization of Black Sea Economic Cooperation”), juntamente com um grupo de políticos de facções heterogêneas da Europa estavam presentes para elogiar este pseudo-evento eleitoral de história carochinha.

Um espetáculo similar ocorreu na Criméia durante um “referendo”, em março de 2014, depois que os “homenzinhos verdes” (como alguns residentes da região chamaram os soldados russos, cuja presença foi negada pelo Kremlin) invadiram a península. Durante este pseudo-referendo, um grupo de figuras políticas radicais, levadas à Criméia apesar de não possuírem credenciais para monitoramento autêntico de eleições, apresentou nos veículos de comunicação governamentais russos resultados que estavam em total sintonia com os do Kremlin. Até os governantes chineses, que não promovem eleições reais em seu próprio país, têm enviado observadores a eleições recentes de Myanmar e Zimbábwe.

A batalha pela informação

As ideias e mensagens de ONGs e monitores “zombies” são disseminadas pela mídia estatal, que serve de instrumento para manipulação das audiências e para suprimir conteúdo democrático. Em casa, os autoritários podem colocar em prática uma potente combinação de censura e propaganda, que domina o espaço da mídia e cria uma realidade alternativa não-contestada para sua audiência. Pequim, Moscou e Riad não poupam gastos nem esforços para manter ideias e informações alternativas longe da discussão política dominante. Em um exemplo perfeito do zelo com que o autoritarismo evita assuntos domésticos delicados, a mídia estatal da China não fez

o menor registro do colapso maciço da sua bolsa de valores do país em agosto de 2015²⁰.

No exterior, porém, como Pequim e Moscou não podem impor censura da mesma forma com que o fazem em casa, então utilizam outras técnicas, adaptadas da experiência doméstica, e as aplicam na arena internacional. No espaço online, por exemplo, esses regimes contam com “trolls”^{***}, ataques cibernéticos e desinformação para alcançar seus objetivos. Se por um lado estes governos não liberam se esforçam para impedir a competição de ideias dentro de suas fronteiras, por outro fazem de tudo para certificarem-se de que seus próprios pontos de vista são ouvidos no exterior. Entre eles, os que possuem mais recursos construíram impressionantes complexos de mídia que os capacitam a projetar suas mensagens no mercado global de ideias.

Em casa, estes regimes reprimem a mídia doméstica e obstruem cada vez mais o trabalho das organizações midiáticas ocidentais, cortando desta forma uma das poucas artérias que restaram para a transmissão de informações sobre estes países politicamente fechados. Manipulando a concessão de vistos e assediando ou até mesmo prendendo jornalistas (como foi o caso do repórter Jason Rezaian, do Washington Post, no Irã), esses regimes definem os termos de engajamento. Ao mesmo tempo, centros de mídia autoritários têm se aproveitado da abertura das democracias aumentando sua presença e atividades em diversos países democráticos. A Telesur, sustentada pela Venezuela e por vários outros países, opera nos países de língua espanhola da América Latina. A CCTV da China e a RT da Rússia têm uma grande e crescente presença nos Estados Unidos e outras partes do mundo, onde divulgam seus conteúdos dirigidos pelo estado.

A CCTV oferece programas em árabe, francês, russo e espanhol, enquanto que a agência chinesa de notícias, Xinhua, tem se expandido pelo mundo. A sede de Washington da CCTV da América emprega

*** Pessoas que semeiam discórdia na Internet (NdaT).

cerca de trinta jornalistas que produzem conteúdo em mandarim, e mais de cem que fazem matérias em inglês. A CCTV também possui instalações de teledifusão em Nova Iorque e Los Angeles. A presença da mídia chinesa nos países em desenvolvimento só cresce: já possui doze escritórios na América Latina e acabou de construir uma enorme base de operações de mídia na África Subsaariana.

Em novembro de 2015, veio à tona o fato de que a Rádio Internacional da China (RIC), a rede radiofônica estatal de Pequim, tem operado secretamente por trás de uma teia global de estações, que estão submetidas ao controle de conteúdo pelo governo chinês. Segundo uma investigação da Reuters, 33 estações em 14 países “divulgam primeiramente conteúdo criado ou fornecido pela RIC ou por companhia de mídia que ela controla nos Estados Unidos, Austrália e Europa”. Como parte deste elaborado esforço do governo chinês de tirar vantagem do espaço aberto da mídia, mais de uma dúzia de estações, em várias partes dos Estados Unidos, participam desta estratégia de “barco emprestado” do Partido Comunista da China, pela qual as bases existentes de mídia em países estrangeiros são usadas para projetar mensagens da China²¹.

Pequim devota esforços elaborados para limitar as reportagens estrangeiras que considera desfavoráveis. Nas duas últimas décadas, o governo chinês tem desenvolvido instrumentos de controle de informação em bases de mídia situadas fora da China. Em vários casos, autoridades chinesas impedem diretamente a realização de reportagem independente baseada no exterior. O mais comum, porém, e frequentemente mais eficaz, são os métodos de controle que sutilmente induzem a autocensura ou que inspiram os proprietários de meios de comunicação, publicitários e outros atores internacionais a agirem em favor do Partido Comunista da China²².

Como a CCTV, a RT russa tem sede em Washington DC e instalações de teledifusão em Nova Iorque, Miami e Los Angeles. A mídia estatal e a que apoia o governo, na Rússia – Life News, NTV, Canal

Um Rússia e Rússia 24 – disseminam não apenas as narrativas do Kremlin mas também evidentes invenções para audiências domésticas e para os demais espaços de língua russa. Estas fontes também propagam as mesmas estórias através da mídia social. E a RT, enquanto isso empurra este conteúdo manipulado para as audiências internacionais.

Além destas transmissões em inglês, a mídia estatal russa devota atenção substancial aos esforços para alcançar os Balcãs, a América Latina e o Oriente Médio. A Rússia, como a China e o Irã, percebeu a oportunidade de explorar o espaço de informação nos Balcãs, onde a presença da mídia das democracias não só é limitada como ainda está encolhendo. Uma grande parte dos esforços editoriais da Rússia, junto com outros regimes autoritários, dedica-se a investir contra o Ocidente, distorcendo percepções da democracia, e enlameando a imagem dos Estados Unidos e da União Europeia. Diante do grau de concordância destes regimes com qualquer tipo de ideologia, conclui-se que isto é puro antiamericanismo. Este foco é mais bem compreendido como reflexo da ausência de uma visão ou ideologia positiva que eles próprios tenham desenvolvido.

Por um bom tempo, o Ocidente não se preocupou com empresas autoritárias de mídia internacionais. Com o passar dos anos, porém, tem ficado claro que agências como a CCTV e a RT têm a capacidade de exercer influência real. Embora possa ser reconfortante pensar que as pessoas nas democracias têm uma resistência natural à propaganda estrangeira, este não é sempre o caso. Basta ver como argumentos falsos e distorcidos sobre a invasão da Ucrânia pela Rússia insinuaram-se no debate nos Estados Unidos e Europa²³.

A mídia autoritária tem se entrelaçado com o mundo das notícias normais, especialmente online. Agências de notícias ocidentais têm utilizado hoje narrativas chave empurradas pela mídia estatal russa. Websites espertos com notícias falsas e invenções do Kremlin aparecem nas novas democracias da Europa Central. No desordenado e fragmentado mundo da mídia de hoje, é muito mais fácil para os gover-

nos autoritários manipular a compreensão global de questões importantes, dificultando a distinção entre a informação verdadeira e a falsa.

Respondendo ao internacionalismo autoritário

Uma luta renovada entre a democracia e o autoritarismo está surgindo. O declínio de uma década das democracias, relatado pela Freedom House, tem sido mais dramático dentro das fileiras dos regimes já autoritários, que se tornaram ainda mais repressivos. Ao mesmo tempo, os mais influentes entre eles – China, Rússia e Irã – aumentaram a sua internacionalização. Ao fazer isso, encontraram maneiras de explorar a integração e a ampliar sua influência no mundo democrático. Através do desenvolvimento do instrumental antidemocrático de ONGs, grupos de reflexão, monitores de eleições e meios de comunicação, todos simulados, os autocratas ativamente tentam solapar a democracia a partir de dentro.

Cada vez mais, estes regimes demonstram solidariedade e coordenação entre si, pelo menos no que se refere à contestação e contenção da democracia e suas ideias. Através desta abordagem mais internacionalista e da aprendizagem autoritária, China, Rússia, Irã e outros regimes não liberais desenvolveram instrumentos para contra-atacar o “soft power” do Ocidente. Mas o poder que os autoritários estão exercendo não é “soft power” no seu sentido costumeiro. Na verdade, a aplicação do termo “*soft power*” – um conceito benigno aplicado geralmente aos esforços feitos para apoiar a imagem de um país, contribuir para o debate aberto e ganhar amigos e aliados – para os esforços relacionados às ideias dos autoritários, é problemática. O que os regimes autoritários estão praticando, ao contrário, é mais como uma imagem maligna do “soft power” refletida no um espelho.

Esta compreensão equivocada do problema tem levado observadores no Ocidente a acreditar que os autoritários têm estabelecido suas bases de mídia internacional (CCTV, RT e TV e Imprensa do Irã, por exemplo) com a finalidade de construir prestígio e obter respeito

do mundo exterior – isto é, para ganhar corações e mentes. Mas esta apreensão da realidade é um engano fundamental. Apesar de a China, Rússia e Irã terem investido somas cada vez mais vastas em mídia e em outros instrumentos para exercer influência externa, a imagem dos três países continuou muito baixa no Ocidente, e em alguns casos, está caindo ainda mais²⁴. Seu objetivo principal não é promover o autoritarismo, mas sim conter a disseminação da democracia e remodelar as normas da ordem internacional. Será cada vez mais importante para os observadores do Ocidente compreender a explicação alternativa (e mais malévola) destas iniciativas maciças de influência, pois como Peter Pomerantsev observa, “regimes não liberais em várias partes do mundo estão adotando estratégias similares e se unindo para criar redes globais de pseudo-realidades”²⁵.

E, no entanto, até agora, as democracias, talvez por complacência ou ainda por ignorância proposital, não têm levado a sério os indícios de que estas ousadas potências não liberais poderiam remodelar a desamparada ordem liberal pós-Guerra Fria. O desafio é especialmente perturbador porque os autoritários viraram, como no jiu-jitsu, a integração contra as democracias. Esta reviravolta inesperada exige uma reflexão renovada e séria sobre como o mundo democrático deve responder ao crescente desafio autoritário.

Qualquer novo pensamento que acate este desafio vai exigir primeiro que se abandone o falso enquadramento da questão como se fosse a escolha entre um afastamento ou engajamento aos regimes autoritários. A maior parte deles já está completamente integrada no sistema internacional, fazendo com que alguma forma de engajamento seja inevitável. É a *natureza* do engajamento das democracias que deve ser repensada. As democracias estabelecidas devem assumir uma abordagem mais ágil e regida por princípios, que leve a sério o novo ambiente em que os regimes autoritários procuram solapar as instituições e valores democráticos.

As democracias precisam renovar e atualizar seu compromisso com as instituições democráticas, e dar alguns passos necessários para

conter os autoritários em sua tentativa de esvaziar as organizações regulamentadas globais mais importantes. Assim como a China, Rússia e Irã aumentam a presença de suas mídias em lugares como os Balcãs, Europa Central, América Latina e África Subsaariana, os Estados Unidos e democracias europeias também deveriam fazer o mesmo, em vez de diminuir sua presença, como vêm fazendo. Além disso, os estados democráticos precisam modernizar e melhorar a capacidade de sua mídia internacional para criar condições de competir e florescer neste ambiente novo e desafiador.

As democracias devem procurar a aprendizagem democrática – inovação pela sociedade civil, mas também renovação de compromisso por parte de governos democráticos – com o mesmo vigor com que os autoritários se devotam à aprendizagem autoritária. Se em vez disto as democracias optarem por uma política de status-quo reativo que permite que os autoritários continuem tomando as iniciativas, podemos contar com uma perspectiva sombria de erosão ainda maior do espaço democráticos nos anos que estão por vir.

Notas

O autor expressa sua gratidão a Dean Jackson por seu apoio na pesquisa.

1. Joseph S. Nye Jr., “The Decline of America’s Soft Power: Why Washington Should Worry,” *Foreign Affairs* 83 (May–June 2004): 16–20.

2. Peter Pomerantsev and Michael Weiss, “The Menace of Unreality: How the Kremlin Weaponizes Information, Culture and Money,” special report presented by The Interpreter (a project of the Institute of Modern Russia, New York), 2014.

3. Alexander Cooley, “Authoritarianism Goes Global: Countering Democratic Norms,” *Journal of Democracy* 26 (July 2015): 49–63.

4. Christopher Walker, “The West’s Failure of Imagination,” *Wall Street Journal*, 3 August 2015.

5. A Freedom House avalia os países como Livres (1–2.5), Parcialmente Livres (3–5), ou Não Livres (5.5– 7) com base em sua média combinada de pontuação para direitos políticos e liberdades civis, que por sua vez são baseados em escalas de 40 e 60 pontos, respectivamente, que somam a escala de 100 pontos. Os declínios dos últimos nove anos são baseados nestes sub-dados mais detalhados em vez das categorias mais gerais de Livre, Parcialmente Livre e Não Livre, cuja composição não tem mudado substancialmente. Veja os relatórios a partir de 2008 de *Freedom in the World* e “Freedom in the World: Aggregate and Subcategory Scores,” <https://freedomhouse.org/report/freedom-world-aggregate-and-subcategory-scores>.

6. William Wan, “In China, Soviet Union’s Failure Drives Decisions on Reform,” *Washington Post*, 23 March 2013.

7. Veja Frederic Wehrey et al., “The Rise of Pasdaran: Assessing the Domestic Roles of Iran’s Islamic Revolutionary Guards Corps,” RAND Corporation, 2009; Saeid Golkar, *Captive Society: The Basij Militia and Social Control in Iran* (New York: Columbia University Press, 2015); Edward Wong, “Beijing Goes Quiet on Rise of Local Security Budgets,” *Sinosphere* blog, *New York Times*, 6 March 2014, http://sinosphere.blogs.nytimes.com/2014/03/06/beijing-goes-quiet-on-rise-of-local-security-budgets/?_r=0.

8. Simeon Kerr, “Saudi Arabia Sets Lavish Spending Figure,” *Financial Times*, 27 December 2011.

9. Dmitry Gorenburg, “Countering Color Revolutions: Russia’s New Security Strategy and Its Implications for U.S. Policy,” PONARS Eurasia Policy Memo No. 342, September 2014, www.ponarseurasia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/Pepm342_Gorenburg_Sept2014.pdf

10. Roger McDermott, “Slavic Brotherhood 2015 Rehearses Anti-Color Revolution Operations,” *Eurasia Daily Monitor* 12, no. 160, 8 September 2015, www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=44344&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=503b639c37a53036d98448683c3aac17#.VhBIEmflvIU.

11. Sobre os cinco artigos, veja Mimi Lau, “People’s Daily Warns Against Colour Revolutions, Blames ‘Spread of Western Ideology,’” *South China Morning Post*, 14 June 2015, www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/1822063/communist-party-paper-seesred-over-colour-revolutions?page=all; on CCP’s belief in U.S. complicity, see David Shambaugh, *China’s Communist Party: Atrophy and Adaptation* (Berkeley: University of California Press, 2009); for quote, see State Council

Information Office of the People's Republic of China, "China's Military Strategy," May 2015, http://eng.mod.gov.cn/Press/2015-05/26/content_4586805.htm.

12. See, for example, Ronald Deibert, "Authoritarianism Goes Global: Cyberspace Under Siege," *Journal of Democracy* 26 (July 2015): 64–78.

13. Douglas Rutzen, "Authoritarianism Goes Global (II): Civil Society Under Assault," *Journal of Democracy* 26 (October 2015): 28–39.

14. Moisés Naím, "Democracy's Dangerous Impostors," *Washington Post*, 21 April 2007

15. "Xi Calls for New Type of Think Tanks," *Xinhua*, 27 October 2014, http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-10/27/c_133746282.htm.

16. Stanley Lubman, "China Asserts More Control Over Foreign and Domestic NGOs," *China Real Time* blog, *Wall Street Journal*, 16 June 2015, <http://blogs.wsj.com/chinarealtime/2015/06/16/china-asserts-more-control-over-foreign-and-domestic-ngos>.

17. Sui-Lee Wee and Stephanie Nebehay, "At UN, China Uses Intimidation Tactics to Silence Its Critics," *Reuters*, 6 October 2015.

18. O embaixador dos EUA no OSCE disse no HDIM de 2013 que ele ouviu um suposto representante de uma ONG inscrita no evento, dizer que "estamos felizes por examinar suas reclamações sobre a nova lei que esboçamos", esquecendo-se naquele momento que deveria agir como o membro de uma ONG, e não como um representante do governo. Veja "Response to the Report by ODIHR on This Year's Human Dimension Implementation Meeting," delivered by Ambassador Daniel B. Baer to the Permanent Council, Vienna, 7 November 2013, http://osce.usmission.gov/nov_7_13_hdim.html.

19. Re:Baltica, "Money from Russia: Kremlin's Millions," 27 August 2015, www.rebaltica.lv/en/investigations/money_from_russia/a/1257/kremlins_millions.html.

20. Chris Buckley, "China's Party-Run Media Is Silent on Market Mayhem," *New York Times*, 25 August 2015, www.nytimes.com/2015/08/26/world/asia/chinese-newsmedia-largely-silent-amid-stock-market-turmoil.html.

21. Koh Gui Qing and John Shiffman, “Beijing’s Covert Radio Network Airs China-Friendly News Across Washington, and the World,” Reuters, 2 November 2015.

22. Sarah Cook, “The Long Shadow of Chinese Censorship: How the Communist Party’s Media Restrictions Affect News Outlets Around the World,” Center for International Media Assistance report, 22 October 2013.

23. Timothy Snyder, “Ukraine: The Haze of Propaganda,” *New York Review of Books*, 1 March 2014.

24. Bruce Drake, “Even Before Ukraine Crisis, Views of Putin Had Grown More Negative in U.S., Europe,” Pew Research Center, 20 March 2014, www.pewresearch.org/facttank/2014/03/20/even-before-ukraine-crisis-views-of-putin-had-grown-more-negative-in-u-s-europe; David Shambaugh, “China’s Soft-Power Push: The Search for Respect,” *Foreign Affairs* 94 (July–August 2015): 99–107.

25. Peter Pomerantsev, “Authoritarianism Goes Global: The Kremlin’s Information War,” *Journal of Democracy* 26 (October 2015): 48.

A Evanescente Miragem do “Consenso Liberal”*

James Dawson e Seán Hanley

James Dawson é conferencista na University College London, onde foi diretor do programa de mestrado em Democracia e Política Comparada. É autor de Culturas da Democracia na Sérvia e Bulgária: Como as Ideias Modelam os Públicos (2014).

Seán Hanley é conferencista sênior em política comparada da Europa Central e do Leste na University College London. É autor de A Nova Direita na Nova Europa: Transformação Tcheca e Política de Direita, 1996-2006 (2008).

O influente artigo de Ivan Krastev, “A estranha morte do consenso liberal”, foi publicado no “Journal of Democracy” em 2007 como parte de um simpósio especial, no qual foi solicitado a colaboradores que escrevessem o que achavam da democracia na Europa Central e do Leste: se estava ou não se deteriorando¹. O artigo de Krastev começava com uma alarmante avaliação da Europa pós-comunista, mas terminava com uma previsão tranquilizadora: sim, a ascensão do populismo não liberal por toda a região assinalava que a “política consensual” pós-1989, que visava o acesso à União Europeia, já estava chegando ao fim; não, este não era um processo que levava ao colapso da democracia, pois a democracia já não tinha mais nenhuma alternativa ideológica séria. Comparações com a “República de Weimar”

*Publicado originalmente como “The fading mirage of the ‘liberal consensus’”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 1, Janeiro de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

erraram o alvo: “As ruas de Budapeste e Varsóvia, hoje, não estão lotadas de formações paramilitares em busca de uma solução final”, escreveu Krastev, “mas de ávidos consumidores à procura de uma liquidação final”².

Krastev estava bastante correto quanto à ameaça limitada do populismo não liberal da ultradireita. Embora os paramilitares que exclamavam slogans nacionalistas e antisemitas tenham agora se juntado aos consumidores nas lojas das cidades e municípios húngaros, pode-se afirmar que a escorregada da Hungria em direção ao semi-autoritarismo é um caso excepcional que reflete a específica combinação de uma obstinada direita nacionalista e conservadora, instituições fortemente majoritárias e recessão econômica. Mesmo depois dos problemas socioeconômicos dolorosos e das eventuais turbulências políticas que se seguiram à grande recessão de 2008-2009, a situação hoje na Europa Central e do Leste, e além, não reflete a da Alemanha de Weimar³.

Se por um lado Krastev estava certo ao afirmar que a democracia na Europa Central e do Leste não iria acabar “com um estrondo”, deixou de considerar se ela acabaria “com um gemido”^{*}. Ao enfatizar a ameaça limitada representada pelo extremismo de partidos marginais e tiranetes eleitos, Krastev não deu a devida importância a uma ameaça mais sutil – a de que o não liberalismo, representado tanto pelas elites econômicas entrincheiradas como pelas forças do conservadorismo nacional e social, na verdade nunca esteve ausente durante o período do “consenso liberal” e, portanto, *já estava estabelecido* na corrente dominante.

* Referência ao último verso de *The Hollow Men*, de T.S.Eliot (“this is how the world ends/not with a bang but a whimper”): É assim que o mundo termina/ Não com um estrondo, mas com um gemido). N.daT.

O liberalismo do “consenso liberal” – como admite o artigo de Krastev – foi um projeto de elite conduzido por pequenos grupos do topo do mundo político, acadêmico, empresarial e oficial. Nós argumentamos, porém, que esta estreita variante do liberalismo econômico e tecnocrático fundiu-se com as narrativas e interesses não liberais existentes que as elites pró-europeias geralmente preferiram acomodar em vez de confrontar. Apesar das aparências, na Europa Central e do Leste há uma ausência de genuínas plataformas políticas liberais – o que, para nós, quer dizer uma série de ideologias correntes, de esquerda e de direita, baseadas em compromissos compartilhados com as regras de igualdade política, liberdade individual, tolerância civil e o domínio da lei. Como consequência, os cidadãos não são expostos à lógica filosófica das instituições liberal-democráticas. Por toda a região, da Polônia à Bulgária, é esta configuração que vê administrações ardentemente pró-europeias tanto de centro-esquerda como de centro-direita solapando sem cessar a democracia liberal.

A ideia de que a democracia está retrocedendo na Europa Central e do Leste está se tornando rapidamente a visão de consenso. Boa parte dos estudos deste tipo de decadência tem focado no Primeiro Ministro da Hungria, Viktor Orbán, que à frente de seu partido governista, o Fidesz, abriu mão das aparências de controles e balanços formais para concentrar o poder em suas mãos, e busca apoio na base do nacionalismo exclusivista, como ele próprio enfatizou abertamente na sua intenção de construir “uma nação não liberal”⁴. No entanto, políticos de um modo geral, em outras partes desta região, também têm usado suas grandes majorias eleitorais para vergar as regras constitucionais e democráticas. Nem bem as restrições de condicionalidade da UE haviam sido levantadas e os governos da Bulgária e da Romê-

nia já começaram a vandalizar as instituições de seus países e a conceder vantagens a seus apadrinhados da área financeira. Até mesmo na República Tcheca, uma estrela da democratização, o primeiro presidente do país eleito diretamente, Milos Zeman, não perdeu tempo e logo após assumir o poder em março de 2013 já tentou transformar a democracia parlamentar do país em um sistema semi-presidencial, nomeando um governo tecnocrático por cima das cabeças dos partidos políticos da nação⁵.

Visto no contexto de uma década de dados coletados pelo relatório Nações em Trânsito (NIT), da Freedom House, estes episódios podem ser vistos como parte de uma tendência, estabelecida em toda a região, de retrocesso da democracia. Medida em uma escala em que 1 ponto denota o “mais alto nível de progresso democrático” e 7 o mais baixo, a Hungria e a Eslováquia têm retrocedido significativamente desde a entrada na EU, ambas caindo do alto registro de 1.96, em meados da década de 2000, para as atuais contagens bem mais baixas de 2.96 e 2.61, respectivamente⁶. A Polônia tinha um registro ainda mais alto, de 1.75, nas vésperas da entrada na União Europeia, em 2004, e agora caiu para 2.18. Romênia e Bulgária, países vistos recentemente como “retardatários bem-sucedidos”⁷, regrediram dos índices mais altos 3.29 e 2.86, respectivamente, para os mais baixos atuais 3.46 e 3.25. Apenas a República Tcheca parecia resistir a esta tendência até que ela também caiu, de 2.14 em 2013 para 2.25 em 2014. Com exceção da Hungria, estes dados não sugerem uma queda vertiginosa em direção ao semi-autoritarismo. Mas eles indicam, porém, que o suposto mal-estar democrático da região é mais do que mera hipérbole.

O retrocesso foi um efeito colateral, totalmente previsível, dos processos de reforma na Europa Central e do Leste, sob a supervisão da

UE, dirigidos por incentivos e com foco nas elites. Assim como as explicações mais aceitas sobre o sucesso da democratização haviam focado nos incentivos às elites para atender as condições da EU, advertências sobre um possível retrocesso referiam-se ao provável impacto do desaparecimento destes incentivos depois da adesão destes países à União Europeia⁸. Tais advertências repousavam na percepção de que as elites da ECL não haviam internalizado os valores liberal-democráticos e iriam transgredir ou esticar as normas constitucionais assim que possível. Agora que o retrocesso previsto de fato começou, estudos têm examinado as variações entre as nações na forma e na extensão do retrocesso e as maneiras alternativas de motivar as elites a preservar as instituições liberais.

Apesar da coerência – e até certo ponto, realismo – destes estudos, o seu entendimento da consolidação e progresso democrático como função do calculismo das elites em vez de sua identificação com os valores liberais, esteve sempre em conflito com a noção igualmente preconcebida de que “a democracia precisa de democratas” e com a outra ideia – só um pouco mais contestável – de que “a democracia necessita de cidadãos democráticos”⁹. Os baixos níveis de engajamento cívico e as instituições fracamente fixadas nas democracias da Europa Central e do Leste, embora reconhecidos há tempos, têm sido frequentemente apontados como legados duros porém superáveis do comunismo¹⁰. Apenas um número pequeno de estudiosos tem sinalizado a natureza mais aguda do desafio que este vazio institucional impõe à democratização. Dorothee Bohle e Béla Greskovits, por exemplo, notaram que as democracias da ECL, diferentemente das democracias da Europa ocidental, nasceram com um “centro oco” e sugerem que a falta de massa cívica e de engajamento político é fator chave para o entendimento do mal-estar democrático da região¹¹.

Superar este vazio e infundir uma identificação significativa com a essência das normas democráticas junto às sociedades da ECL requereria uma grande dose de liderança política com princípios e filo-

soficamente consistente, e também de ativismo cívico. E, no entanto, apesar da presença na corrente dominante de vários políticos que se autoproclamam liberais, um projeto cultural deste tipo nunca foi tentado em uma escala suficiente para embutir normas e práticas liberais em contextos onde haviam estado previamente ausentes. Longe de ter regredido a partir de um limitado progresso anterior, a consolidação democrática da Europa Central e do Leste deve ser compreendida como algo que sempre foi um tanto quanto ilusório.

E, além disso, a história da democracia na Europa Central e do Leste não é simplesmente a história de instituições ocas submetidas a ações predatórias ocasionais de elites recentemente desinibidas pela inércia de liberais genuínos, porém, passivos. Por toda a região, a base central da política tem sido caracterizada pela coexistência sutil de normas liberais e não liberais, sendo que as últimas têm gradualmente superado as primeiras. Para nós, esta consistente fraqueza do liberalismo está na raiz do mal-estar democrático, com os bem-documentados problemas de condicionalidades evanescentes, corrupção e crise econômica abrindo oportunidades para as elites consolidarem seu poder e para os cidadãos indignados exteriorizarem as suas frustrações.

O caso paradigmático da Bulgária

A Hungria é comumente considerada o caso mais paradigmático de retrocesso democrático na Europa Central e do Leste, exibindo o “mesmo câncer” – já com metástase – que está “presente em outras partes do continente, mesmo não tendo merecido a atenção dos responsáveis pelos diagnósticos”¹². Porém, em nossa opinião, um outro país é mais emblemático do mal-estar que aflige as jovens democracias da região: a Bulgária. Apesar dos baixos níveis de desenvolvimento econômico e dos legados históricos menos favoráveis da Bulgária, a democracia do país foi considerada uma das histórias de sucesso da condicionalidade

democrática da UE. A Bulgária também exibiu a dinâmica política que era característica de, mas oculta em, outras bem sucedidas nações em processo de democratização da ECL. Enquanto que tênues tradições liberais e legados de oposição ao regime comunista obscureciam a natureza elitista, de cima-para-baixo, da democratização em muitos estados da ECL, na Bulgária a democratização pré-acesso foi um processo explicitamente conduzido pelas elites¹³.

Na Bulgária, vemos o liberalismo – ou melhor, sua variante economista e tecnocrática pós-1989 – juntando-se às narrativas não liberais existentes (nacionalismo étnico e conservadorismo social), que as elites pró-europeias geralmente optaram por acomodar, em vez de combater. Assim, o governo reformista pró-ocidente de 1997-2001, liderado pela União das Forças Democráticas (SDS), anticomunista e de centro-direita, e geralmente apontado como responsável por colocar o país firmemente no caminho da consolidação democrática, na verdade nunca defendeu as normas liberais além do mínimo exigido por uma União Europeia ávida por reconhecer um possível novo membro¹⁴. O primeiro-ministro Ivan Kostov, do SDS pode ter supervisionado a ratificação da Bulgária da Convenção-quadro do Conselho da Europa para a Proteção das Minorias Nacionais, mas também foi incisivo em confirmar as “credenciais nacionais” de seu partido durante a campanha. Como era de se esperar, o SDS nunca tentou revogar a proibição constitucional não liberal de partidos “formados em base étnica”¹⁵.

Da mesma forma, apesar das políticas econômicas liberais do SDS (especialmente a implementação de um conselho monetário) alinhadas às prescrições de governos e instituições financeiras ocidentais, o partido tinha uma inclinação por “privatizar em seu próprio favor”¹⁶. O SDS, embora seja indubitavelmente melhor que a administração descaradamente corrupta do Partido Socialista Búlgaro (BSP) que o precedeu, deve ser visto nem como excessivamente progressivo nem como excessivamente regressivo – pois dificilmente possui a força

transformadora necessária para a concretização de uma democracia plenamente liberal em um sentido político-cultural.

Porém, em um período de amplo consenso entre as elites, o SDS liderou a construção de instituições liberais com vistas à integração euro-atlântica, um feito que teria sido muito mais difícil se o SDS tivesse articulado estes objetivos como parte de uma plataforma liberal fortemente progressiva. Consequentemente, a Bulgária teve um rápido progresso no estabelecimento de instituições liberais, merecendo a designação do NIT de “democracia consolidada” em 2006 e ganhando a admissão na UE em 2007.

O período pós-acesso na Bulgária não registrou nenhum assalto autocrático ao poder, ao estilo Fidesz, nem mesmo algum grande avanço eleitoral de populistas da ultradireita. O país quase não é citado na maior parte da literatura sobre a deterioração democrática da região. E, no entanto, as normas democráticas aninhadas nas instituições do país acabaram sendo corroídas de uma forma pragmática e gradativa. A coalisão liderada pelo BSP que chegou ao poder em 2005 logo criou problemas com a UE por causa de corrupção, e foi conivente com aliados parlamentares na adulteração de regras eleitorais em 2009. Embora a manobra tenha fracassado, e permitido que o novo partido pró-Europa, de centro-direita, Cidadãos pelo Desenvolvimento Europeu da Bulgária (GERB) vencesse as eleições em 2009 colocando como Primeiro Ministro o célebre prefeito de Sofia Boyko Borisov, a reviravolta não conseguiu deter o declínio da classificação do país no NIT, que já havia caído para “democracia semi-consolidada” em 2009, apenas dois anos após sua entrada na UE.

Um incidente obscuro ilustra bem a abordagem flexível do GERB em relação às regulações da UE e às normas democráticas: em 2011, a Comissão Europeia (CE) repreendeu o Ministério do Interior da Bulgária por aceitar doações privadas, uma prática que “lança dúvidas sobre a independência da investigação da polícia”¹⁷. E, no entanto, o ministro do interior Tsvetan Tsvetanov negou qualquer troca de favo-

res (apesar de o Ministério ter recebido doações em espécie no total de vários milhões de euros por mês) e resistiu até Borisov concordar, sob pressão da UE, a banir a prática corrupta. Tsvetanov, porém, disse que as doações privadas seriam interrompidas gradualmente, e não de uma vez. No final, a ascensão do GERB simplesmente significou que um grupo diferente de elites estava agora supervisionando a erosão de controles e balanços institucionais.

O fato de estes flagrantes abusos pós-acesso terem causado tão pouca dissensão pública e intelectual mostra que o vandalismo institucional é um sintoma, e não a causa do mal-estar democrático no país. O problema fundamental é que cidadãos que nunca foram expostos a nenhum projeto político-cultural liberal de verdade, não podem senão muito fracamente cobrar responsabilidade das elites não liberais. Isto foi demonstrado pelas consequências das ondas de protesto em massa de 2013, que primeiro se voltaram contra o GERB, derrubando o governo de Borisov, e depois o governo sucessor, formado pela coalisão liderada pelo BSP (embora o GERB tenha conseguido maioria, não conseguiu formar um governo).

A segunda onda de demonstrações, que começou em junho de 2013 e foi desencadeada pela nomeação de um jovem oligarca para a chefia da Agência Estatal de Segurança Nacional pelo primeiro-ministro Plamen Oresharski, do BSP, foi apoiada pela maioria da intelligentsia e claramente abraçou algumas normas liberais, criticando as ligações do governo com o poder oligarca com um repertório criativo de protesto. Mas a posição ideológica do movimento ecoava a fórmula da era-SDS que advogava a “Europa” e a “democracia” ao mesmo tempo em que negligenciava e, não raro, procurava deslegitimar os interesses de segmentos desfavorecidos da sociedade¹⁸.

A familiar ausência de qualquer reivindicação por uma comunidade política mais inclusiva também significa que a antiga tolerância por particularismo étnico entre os liberais com tendência à direita, nunca foi questionada. Ultimamente, os protestos mal modificaram o cenário

político. O Bloco Reformista, a coalisão de cinco partidos formada em 2013 que inclui o SDS e atrai o apoio dos mesmos segmentos urbanos mais escolarizados que conduzem os protestos, usou sua posição como parte do governo liderado pelo GERB - que chegou ao poder com as eleições de outubro de 2014 - para discriminar os ciganos¹⁹. O “consenso liberal” da Bulgária continua desfazendo-se não por causa da intrusão conservadora ou da ultradireita, mas porque o pretenso consenso liberal não foi mais do que uma ilusão, desde o começo.

A experiência da Bulgária faz com que se indague se a democracia liberal alguma vez chegou a ser realmente institucionalizada na Europa pós-comunista – não apenas nos chamados retardatários bem-sucedidos, mas mesmo nos aparentes sucessos de grandes desempenhos como o dos estados de Visegrád** (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia). Se o “consenso liberal” que deveria dar sustentação à democratização nunca existiu, como acreditamos, então a democracia na região pode estar se movendo na direção de um equilíbrio no qual as instituições liberal-democratas sofrem uma erosão gradual à medida que o não liberalismo da corrente política discretamente se consolida, talvez fazendo da Bulgária um pioneiro não liberal em vez de retardatário democrata.

A corrente majoritária não liberal nos países Visegrád

Apesar das variações importantes nos seus padrões de desenvolvimento democrático, todas as três democracias extensivamente robustas da Visegrád – a República Tcheca, Eslováquia e até a Polônia – possuem as marcas distintivas do padrão de consolidação não liberal exemplificado pela Bulgária. Este padrão está enraizado na interação de uma forma comprometida de liberalismo com estruturas não liberais residuais inerentes às sociedades pós-comunistas. Estas mesmas

** O grupo de Visegrád, também chamado V4, é uma aliança entre quatro países da Europa Central (Hungria, Polônia, República Checa e Eslováquia) para fins de cooperação. N. do E..

condições são evidentes em graus variados em países da Europa Central e do Leste, fazendo com que até os estados com alto desempenho como a República Tcheca e a Polônia fiquem vulneráveis a uma insidiosa consolidação política não liberal que é facilitada, em vez de bloqueada, pelo “pseudo-liberalismo” da política corrente.

Como as considerações de Krastev deixam bem claro, o liberalismo na Europa Central e do Leste tem repousado não apenas em uma base social limitada, mas também em uma base intelectual limitada. As únicas ideias claras que ligavam as elites liberais da região nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI eram suas orientações de política externa euro-atlânticas e sua conformidade com as receitas econômicas liberais do Banco Mundial, FMI e *acquis communautaire* (leis da UE). Este liberalismo falso e batido colocou de escanteio as preocupações emancipatórias de eleitorados marginalizados, permitindo desta maneira que “reformistas” da elite evitassem confronto com as bases de poder não liberal existentes na sociedade – ou seja, as elites econômicas originárias das estruturas da burocracia e as forças de conservadorismo nacional e social encontradas entre os membros da intelligentsia, das igrejas e das subculturas nacionalistas. Esta falta de compromisso com as normas liberal-democráticas por parte das correntes políticas dominantes que se dizem pró-democráticas – incluindo os pequenos partidos que se declaram liberais – explica o crescimento de poder não liberal na política e sociedade da ECL, do qual o “retrocesso” institucional é um mero sintoma.

É importante enfatizar, porém, que estes países continuam sendo sistemas democráticos competitivos cujos cenários de instituições e partidos buscam seu modelo na Europa ocidental. Ao mesmo tempo, estes sistemas estão sendo cada vez mais solapados pela desconfiança popular, pelas relações corruptas e suspeitas ligando empresas, mídia e elites políticas, e por periódicas erupções de ira cívica e populismo anti-elite. Estes sistemas também são caracterizados por uma reveladora falta de discussão pública e de ativismo cívico em torno de

questões sociais cruciais, como o tratamento das populações ciganas ou os direitos dos homossexuais, e uma falta de debate substantivo e atualizado sobre o poder político das elites econômicas. Estas lacunas definem os reais limites do alcance da democracia liberal.

A República Tcheca. A República Tcheca, país com registro consistente de alto desempenho em termos de progresso democrático, tem poucos obstáculos estruturais que possam impedir seu caminho para tornar-se uma verdadeira democracia liberal. O nacionalismo tcheco sempre abraçou por iniciativa própria ideias de liberalismo político e econômico, e não há nenhum conflito evidente entre a identidade nacional tcheca e a democracia liberal. Além disso, o país possui uma subcultura de ativismo que vem desde o início da década de 1990 – com raízes no movimento dissidente das décadas de 1970 e 1980 – que defende uma versão emancipatória mais ampla do liberalismo²⁰. Ao contrário de vários membros recentes da UE, a República Tcheca também teve uma estável relação de plausíveis partidos “padrão” (democratas sociais, democratas cristãos, comunistas e conservadores pró-mercado) que competiram, pelos menos até 2010, sobre questões socioeconômicas. A partir daí, este eixo direita-esquerda tem sido enfraquecido pela emergência de partidos de protesto apoiados pelo setor empresarial, e orientados pela noção de boa-governança e por agendas anticorrupção, em vez de pelo populismo não liberal.

Mas a força dos partidos no país e a fixação de sua política no crescimento econômico e em instituições funcionais revelam as limitações e fraqueza subjacente de sua democracia. O presidente Václav Havel apontou, nos anos 1990, que a precoce consolidação de partidos políticos ocorreu à custa do ativismo político, cujo impacto foi reduzido ainda mais pela virada em direção ao estabelecimento de ONGs voltadas para projetos, que não raro serviam como subcontratadas da UE.

A insalubre fusão das esferas política e econômica – e a incursão de interesses empresariais no setor voluntário – tem sido um traço consistente da democracia tcheca. Isto foi colocado em evidência recente-

mente com a ascensão política do bilionário Andrej Babis, que é dono de um maciço império de negócios e mídia e ao mesmo tempo desempenha um papel de destaque no governo como vice-primeiro-ministro e ministro das finanças. Babis conseguiu astutamente cooptar ONGs anticorrupção e de boa governança a serviço de seu movimento declaradamente reformista intitulado Ação dos Cidadãos Insatisfeitos, ao mesmo tempo em que trazia para dentro de seu séquito político antigos membros da polícia secreta²¹. Mas o projeto liberal pós-comunista tcheco sempre teve suas raízes em tais acordos – entre liberais dissidentes e o liberalismo econômico das elites tecnocráticas, e entre políticos emergentes das correntes dominantes e as elites econômicas do velho regime que mais tarde se tornariam a espinha dorsal da nova classe empresarial²².

Apesar das consagradas tradições liberal-nacionalistas do país, a falta de uma sociedade civil forte e progressista limita a influência liberal em questões de cidadania e identidade nacional mais inclusivas. Um exemplo disso é que a expulsão em massa da Tchecoslováquia de pessoas de etnia alemã, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, continua até hoje um tabu na política dominante, a ponto de ter sido considerado um grave erro político do candidato à presidência e ex-ministro das relações exteriores Karel Schwarzenberg ter dito na campanha de 2013 que “o que fizemos em 1945 teria sido considerado hoje uma grave violação dos direitos humanos, e o governo tcheco, juntamente com o presidente Benes, teriam ido parar em Haia”. Esta declaração causou contestações que acusavam Schwarzenberg de falar “como um alemão dos Sudetos” e de insultar a nação tcheca²³.

Embora a opinião pública na República Tcheca tenha se tornado mais liberal em relação aos homossexuais, os ciganos continuam a ser alvos de inculcada hostilidade popular e são quase totalmente ignorados nos debates políticos, salvo em alguns ataques periódicos de indignação, por parte dos populistas e às vezes até de políticos das correntes dominantes. Embora pareça provável que a direita populista

radical vá continuar nas margens eleitorais, uma corrente de protestos populares em 2011 mostrou que o sentimento contra os ciganos é mais do que um fenômeno latente.

Eslováquia. O liberalismo progressivo tem sido ainda mais elusivo na Eslováquia. Diferentemente da República Tcheca, a Eslováquia é vista amplamente como tendo se voltado para a política liberal-democrática depois de um período inicial de retrocesso não liberal pós-transição. Desde 1991, o partido nacionalista não liberal no poder – o Movimento por uma Eslováquia Democrática (HZDS) de Vladimir Mečiar – e partidos menores de ultradireita têm conseguido transformar a minoria húngara do país em bodes expiatórios e tirar vantagem das ansiedades em torno da vulnerabilidade da Eslováquia como estado recém-independente.

Quando o HZDS foi tirado do poder em 1998 por uma coalizão pró-europeia de partidos “padrão”, incluindo os cristãos-democratas e os sociais-democratas, o país começou sua rápida subida em direção à condição de membro da UE. Enquanto o anti-Mečiarismo dos anos 1990 enfatizava o ideal de se igualar à Europa e a implementação do *acquis* (aprovação de legislação e a construção de instituições), os liberais de centro-direita que assumiram o poder depois de 1998 focalizavam a assistência social neoliberal e as reformas trabalhistas e de mercado²⁴. O sistema político pareceu se “normalizar” em torno da competição esquerda-direita com a emergência do partido de Robert Fico, Direção-Democracia Social (conhecido como Smer) como o partido dominante, pró-Europa, de centro-esquerda.

No entanto, como no caso da República Tcheca, esta dinâmica política convencional de esquerda-direita está começando a ser subjugada pela política da anticorrupção e boa governança. Um dos resultados desta mudança é a ascensão de partidos liberais de protesto como o Liberdade e Solidariedade (SaS), formado em 2009, e seu fruto Pessoas Comuns e Personalidades Independentes (O3/4aNO), formado em 2011. Outro exemplo é a onda de protestos do início de 2012 sobre o

chamado escândalo Gorila, no qual o vazamento de informações de grampos telefônicos de 2005 e 2006 envolveram altos funcionários em corrupção massiva em contratos de privatização.

Não é de surpreender que haja pouca evidência de que qualquer um dos partidos políticos do país – ou seus próprios cidadãos, como um todo – alguma vez tenha seriamente rejeitado normas não liberais. O Smer foi capaz de absorver o campo nacionalista eleitoralmente, e até certo ponto ideologicamente, ao fundir elementos de nacionalismo étnico com uma inclinação populista da social democracia²⁵. Fazendo jus a esta orientação, o partido formou uma coalizão com a ultradireita de 2006 a 2010, o que levou à sua suspensão temporária do Partido dos Socialistas Europeus. O Smer justificou esta aliança de forma ao mesmo tempo pragmática e política, afirmando que ela promovia estabilidade e era uma maneira de pacificar a ultradireita. Mas a subsequente aprovação pelo governo de leis restritivas (como a Lei da Língua de 2009) sugeria uma afinidade ideológica mais próxima.

Outros acontecimentos também realçaram a maneira com que a política “pró-Europa” do anti-Meëiarismo obscureceu a natureza não liberal de partes chave da centro-direita pró-europeia. Em 2014, por exemplo, o Smer juntou-se aos opositoristas democratas-cristãos (KDH) ao aprovar a proibição constitucional do casamento gay (uma decisão que o Smer justificou como um “toma lá dá cá” com a oposição, que assim apoiaria reformas judiciais). O Smer também apoiou o referendo de 2015 da conservadora Aliança pela Família, que procurava definir casamento como algo somente entre um homem e uma mulher, proibir a adoção por casais do mesmo sexo, e abolir a educação sexual compulsória. Embora tanto o SaS quanto o O3/4aNO fossem partidos liberais, ambos eram formações de cima para baixo que subordinaram exigências sociais liberais à economia de mercado e ao conservadorismo fiscal (no caso do SaS) e ao espetáculo anti-político (no caso do O3/4aNO). Finalmente, mesmo os protestos em resposta ao escândalo Gorila, que pareciam um sinal de reanimação

do ativismo cívico, não deixaram nenhum efeito político duradouro, rendendo somente uma mensagem anti-política semi-coerente dirigida contra todos os partidos e, até certo ponto, contra a própria noção de democracia representativa.

Polônia. Na superfície, a Polônia parece ser a exceção, no que se refere ao mal-estar democrático da Europa Central e do Leste. O país vivenciou um crescimento econômico sustentado, resistiu aos tumultos da Grande Recessão e produziu um forte partido liberal governista, a Plataforma Cívica (PO). A Polónia também oferece um dos poucos exemplos na ECL de um partido de protesto definido por um radical liberalismo social, o recém-chegado Movimento de Palikot, que entrou no parlamento em 2011²⁶.

Porém, o status da Polónia como campeão do liberalismo – ou ba-luarte da luta contra o não liberalismo – deve-se mais à sua configuração partidária e eleitoral do que a qualquer engajamento cultural mais profundo com as normas liberais. Como muitos partidos liberais pró-mercado na região, o PO segue um programa tecnocrático definido de forma estreita, e que é economicamente liberal, mas socialmente conservador. Além disso, como um proeminente observador da cena política polonesa comentou, “as elites nacionais e locais do país estão ligadas à Plataforma Cívica antes de tudo pelo acesso que ela proporciona às benesses do estado, e os principais partidos são baseados em personalidade em vez de ideologias”²⁷.

Além disso, o proeminente partido de oposição conservador-na-cionalista Lei e Justiça (PiS) por longo tempo pretendeu remodelar a democracia polonesa com a criação da “Quarta República”, baseada em valores católicos conservadores e em uma explícita rejeição dos compromissos firmados no acordo de transição entre o regime e a oposição em 1989. As tentativas do PiS de concretizar este projeto – mais diretamente através de governos minoritários em 2005 e 2006 – afundaram por dois motivos: pela incapacidade do partido de expandir sua base eleitoral e pela natureza das instituições políticas da Polónia,

que é de dispersar o poder. Mas a dinâmica, se não o resultado final, da competição política polonesa do início até meados da década de 2000, foi similar à da Hungria. Esta mesma dinâmica levou Krastev em 2007 a designar a Polónia como a “capital do não liberalismo do Centro Europeu”²⁸.

Para nós, a Polónia é um caso de nacionalismo conservador não liberal mantido em suspenso, e suas perspectivas são mais sombrias do que a situação política atual parece indicar. A Polónia permanece uma sociedade dividida na qual os direitos liberais de eleitores como as minorias sexuais e as mulheres são negados ou apenas tolerados com relutância por muitos²⁹. Fortes bases de nacionalismo conservador podem ser vistas não apenas na força do PiS mas também na tendência dos partidos mais liberais de acomodar posições da Igreja Católica (o enfraquecido Movimento Palikot, agora chamado Seu Movimento, é uma exceção neste sentido). Embora a direita católica conservadora tenha recuado em seu projeto anterior, ao estilo Fidesz, de transformação cultural e constitucional (a “Quarta República”), os principais elementos constitutivos da consolidação não liberal estão firmemente no lugar.

Em direção a um cenário búlgaro?

Todas estas sociedades cabem no paradigma búlgaro de várias maneiras importantes: a persistência de tabus sobre assuntos nacionalmente sensíveis; a falta de debate sobre o incestuoso relacionamento entre as elites políticas e econômicas, e a predominância de visões econômicas estreitas entre os partidos liberais. A relativa estabilidade destes estados desde o seu acesso à UE tem sido abastecida não por instituições liberais – ou pelos efeitos resultantes do “consenso liberal” imposto pela UE – mas pela relativa ausência de desafios liberais às normas e estruturas de poder não liberais. A situação atual da Bulgária, na qual formas institucionais superficialmente liberais mascaram parâmetros não liberais que impedem a mudança cultural e política, pode bem ser o futuro de todos na Europa Central.

Tal prognóstico pode ser excessivamente pessimista. Tradições liberais, legados de dissidência e ativismo cívico são certamente mais fortes, vamos dizer, na República Tcheca e na Polónia do que já foram alguma vez na Bulgária. Cidadãos e membros do governo em Praga e Varsóvia podem mais rapidamente reconhecer que as normas contidas em rótulos como “Europa” e “democracia” são incompatíveis com o uso aberto de minorias como bodes expiatórios, ou com o ostensivo financiamento de forças policiais por contribuições privadas. É possível que algumas ou todas estas sociedades da Europa Central e do Leste se tornem eficientes democracias liberais.

Mas elas não estão a caminho de fazer com que isto aconteça enquanto perdurar a acomodação liberal de normas não liberais. Ao deixarem de enfrentar os projetos falhos das elites econômicas ou de apresentar projetos político-culturais que contra-ataquem o conservadorismo nacional e social, os liberais da ECL optaram consistentemente por fingir que vivem em sociedades liberais, em vez de partirem para a ação e de fato produzir esta transformação. Precisamos, portanto, reavaliar a contribuição destes “liberais”, que são melhores em ganhar eleições do que em ser liberais.

Isto implica que a tarefa a ser cumprida não é necessariamente o resgate e reforma de experimentos democráticos em desagregação. Ao contrário, a recente experiência da Europa Central e do Leste sugere que já foram atingidos os limites do que um sólido planejamento institucional pode conseguir na ausência de fortes sociedades civis liberais. Instituições liberais podem impor normas acolhidas por uma sociedade civil liberal dando a elas força legal. Mas isto pode substituir apenas temporariamente um liberalismo que esteja ausente. Esta é a difícil situação da Europa Central e do Leste na atualidade. Nesta região, a erosão e o logro das instituições – que índices como o NIT capturam – não são evidência de “retrocesso democrático”, mas sim os sintomas da interação entre democracias que nasceram ocas e um “consenso liberal” que nunca existiu.

O que o “cenário búlgaro” prenuncia? Primeiro, que as democracias da ECL ficarão mais vulneráveis a um colapso das normas de representação democrática, à medida que o caráter “*Potemkin*” dos partidos e políticos dominantes vai se tornando visível. Isto só leva a um poder ainda maior das elites, apesar das estruturas formais de responsabilidade e competição aberta. A estruturação populista da política na base da “elite versus povo” que Krastev viu em 2007 como o turbulento (mas benigno) futuro da democracia europeia, exerce um efeito corrosivo sobre as democracias liberais *ersatz* da Europa Central e do Leste. Além disso, a captura da política pró-europeia pelo falso liberalismo inibe a formação de forças liberais que poderiam e deveriam servir como agentes da transformação cultural e de identidade no longo prazo, e que são necessárias para qualquer progresso real em direção a uma democracia liberal de fato.

O “cenário búlgaro”, porém, não é inevitável – nem para os outros estados da Europa Central e nem mesmo (em um prazo mais longo) para a própria Bulgária. Mas evita-lo pode requerer uma reorientação de agendas políticas e de pesquisa na região. Se há uma lição vital a ser aprendida, é que identidades liberais progressistas e fortes não têm probabilidade de emergir sem a ativa promoção de ideais liberais na política e na sociedade civil. Sem identidades liberais fortemente internalizadas, fica difícil imaginar de que forma os cidadãos poderiam responsabilizar as elites coniventes quando políticos adulteram as regras eleitorais ou usam as minorias como bodes expiatórios. Na maior parte da Europa Central e do Leste, as instituições liberais paradoxalmente dão força legal a normas com as quais quase ninguém se identifica. Às vezes, parece que os direitos liberais só são mantidos quando não contrariam alguma norma nacionalista ou conservadora.

Os políticos liberais e os ativistas da sociedade civil necessitam, portanto, defender os princípios liberais consistentemente, sobretudo nas áreas em que colidem com as normas não liberais existentes. Com frequência isto pode significar ter que confrontar ativamente grupos

sociais como as elites econômicas derivadas da burocracia (muitas vezes proprietários da mídia e financiadores de partidos), lobistas tradicionais nacionalistas e poderosas facções eclesiásticas e militares. No curto prazo pode haver, paradoxalmente, efeitos negativos – por exemplo, o assédio contra grupos liberais pode aumentar, e a pontuação democrática, da Freedom House, pode cair. Mas o caminho a ser percorrido de uma cultura política não liberal ao pluralismo liberal é longo. Com certeza, haverá obstáculos ao longo do caminho, e é bem provável que não sejam negociados sem conflito.

Notas

1. Espelhando o artigo de Krastev, utilizamos o termo “Europa Central e do Leste” para descrever os estados Visegrád da República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia, mais a Romênia e a Bulgária. Ivan Krastev, “Is East-Central Europe Backsliding? The Strange Death of the Liberal Consensus,” *Journal of Democracy* 18 (October 2007): 56–63.

2. Krastev, “Strange Death of the Liberal Consensus,” 58

3. Cas Mudde, “The Myth of Weimar Europe,” *Open Democracy*, 20 August 2013, www.opendemocracy.net/can-europe-make-it/cas-mudde/myth-of-weimar-europe

4. “Prime Minister Viktor Orbán’s Speech at the 25th Bálványos Summer Free University and Student Camp,” 26 July 2014, www.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyossummer-free-university-and-student-camp.

5. Venelin Ganey, “Post-Accession Hooliganism: Democratic Governance in Romania and Bulgaria After 2007,” *East European Politics and Societies* 27 (February 2013): 26–44; Seán Hanley, “Miloš Zeman’s Attempt to Impose a Caretaker Government in the Czech Republic Is a Fundamental Challenge to Czech Parliamentary Democracy,” *EUROPP blog*, 4 July 2013, <http://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2013/07/04/milos-zemansattempt-to-impose-a-caretaker-government-in-the-czech-republic-is-a-fundamental-challenge-to-czech-parliamentary-democracy>.

6. Sylvana Habdank-Ko³aczowska, *Nations in Transit 2014: Eurasia’s Rupture with Democracy*, Freedom House, https://freedomhouse.org/sites/default/files/NIT2014%20booklet_WEBSITE.pdf

7. Dimitar Bechev and Gergana Noutcheva, “The Successful Laggards: Bulgaria and Romania’s Accession to the EU,” *East European Politics and Societies* 22 (February 2008): 114–44.

8. Sobre o “sucesso” da condicionalidade da UE, veja Heather Grabbe, *The EU’s Transformative Power: Europeanization Through Conditionality in Central and Eastern Europe* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006); Tanja A. Börzel and Thomas Risse, “When Europeanisation Meets Diffusion: Exploring New Territory,” *West European Politics* 35 (January 2012): 192–207. Para previsões antecipadas de retrocesso (“backsliding”), veja Frank Schimmelfennig and Ulrich Sedelmeier, eds., *The Europeanization of Central and Eastern Europe* (Ithaca: Cornell University Press, 2005).

9. Grzegorz Ekiert, Jan Kubik, and Milada Anna Vachudova, “Democracy in the Post-Communist World: An Unending Quest?” *East European Politics and Societies* 21 (February 2007): 7–30, 20. Algumas definições de “consolidação democrática” incluem uma dimensão cultural ou de atitude, porém estes geralmente requerem rejeição de alternativas não democráticas em vez de um forte e maciço abarcamento de valores cívicos ou liberal-democráticos. Veja, por exemplo, Juan J. Linz and Alfred C. Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Postcommunist Europe* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996), 5. Para uma discussão mais ampla, veja Andreas Schedler, “What Is Democratic Consolidation?” *Journal of Democracy* 9 (April 1998): 91–107.

10. Marc Morjé Howard, “The Weakness of Postcommunist Civil Society,” *Journal of Democracy* 13 (January 2002): 157–69.

11. Dorothee Bohle and Béla Greskovits, *Capitalist Diversity on Europe’s Periphery* (Ithaca: Cornell University Press, 2012), 239.

12. John Feffer, “Hungary: The Cancer in the Middle of Europe?” *World Post*, 6 July 2013, www.huffingtonpost.com/john-feffer/hungary-the-cancer-in-the_b_3402128.html; veja também Lise Esther Herman, “Re-Evaluating the Post-Communist Success Story: Party Elite Loyalty, Citizen Mobilization, and the Erosion of Hungarian Democracy,” *European Political Science Review* (February 2015 electronic preprint): 1–34.

13. A maior parte dos relatos concorda que aqueles grupos de dissidentes búlgaros que de fato emergiram do período comunista não conseguiram inspirar uma significativa participação cívica. Mesmo a mobilização de 1996-97 que tirou o PSB do poder é geralmente descrita como uma reação ao mau gerenciamento econômico que fortalecia as elites pró-mercado do que a expressão de uma maciça cultura

política democrática. Emil Giatzidis, *An Introduction to Post-Communist Bulgaria: Political Economic and Social Transformation* (Manchester: Manchester University Press, 2002), ch. 3.

14. James Dawson, *Cultures of Democracy in Serbia and Bulgaria: How Ideas Shape Publics* (Farnham: Ashgate, 2014), 81–93.

15. O Movimento por Direitos e Liberdades (MRF), dominado por uma minoria turca, tem usufruído de sucesso eleitoral, mas evita a proibição apenas porque nega qualquer mandato para representar interesses de minorias, recorrendo em vez disso ao clientelismo político.

16. Zoltan Barany, “Bulgaria’s Royal Elections,” *Journal of Democracy* 13 (April 2002): 141–55, 148.

17. “EC Spokesperson Slams Donations to Bulgaria’s Interior Ministry,” Sofia News Agency, 11 August 2011, www.novinite.com/articles/131048/EC+Spokesperson+Slams+Donations+to+Bulgaria%27s+Interior.

18. Por exemplo, o economista e proeminente liberal Georgy Ganev afirmou que a tarefa de içar a Bulgária para “fora do pântano” repousava nos ombros da “burguesia” que teria que derrotar uma suposta aliança entre os oligarcas e os pobres. “When They Laid Foundations . . . in the Swamp,” 20 July 2013, Centre for Liberal Strategies, www.cls-sofia.org/blog/?m=201307

19. O ministro da saúde Petar Moskov, representando o Bloco Reformista, anunciou em dezembro que não mandaria mais ambulâncias em bairros onde poderiam ser atacadas por ciganos, a quem se referiu com a palavra *populatsiya* (um termo geralmente utilizado para se referir ao gado, e não a pessoas). Longe de indispor os eleitores do Bloco Reformista, os comentários do ministro e sua resposta desafiadora às críticas renderam apoio a ele.. “Incidents with Sofia Emergency Teams ‘Not Related to Roma,’” Sofia News Agency, 9 December 2014, www.novinite.com/articles/165303/Incidents+with+Sofia+Emergency+Teams+%27Not+Related+to+Roma%27.

20. Michal Kopeček, “The Rise and Fall of Czech Post-Dissident Liberalism After 1989,” *East European Politics and Societies* 25 (May 2011): 244–71.

21. James de Candole, “Comment: Why Is the Next Czech PM Surrounding Himself with Police and Spooks?” BNE Intellinews, 14 January 2014, www.bne.eu/content/story/comment-why-next-czech-pm-surrounding-himself-police-and-spooks.

22. Gil Eyal, *The Origins of Postcommunist Elites: From Prague Spring to the Breakup of Czechoslovakia* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003); Gil Eyal, Iván Szelényi, and Eleanor R. Townsley, *Making Capitalism Without Capitalists: Class Formation and Elite Struggles in Post-Communist Central Europe* (London: Verso, 1998).

23. Veja Jan Richter, “Beneš Decrees Re-Surface in Czech Presidential Race,” *Radio Praha*, 21 January 2013, www.radio.cz/en/section/curraffrs/benes-decrees-re-surface-inczech-presidential-race

24. Sharon Fisher, John Gould, and Tim Haughton, “Slovakia’s Neoliberal Turn,” *Europe-Asia Studies* 59 (September 2007): 977–98.

25. Grigorij Mesežnikov, “National Populism in Slovakia—Defining the Character of the State and Interpreting Select Historic Events,” in Kálmán Petőcz, ed., *National Populism and Slovak-Hungarian Relations in Slovakia, 2006–2009* (Šamorín—Somorja: Forum Minority Research Institute, 2009), 39–66; Petra Burzová, “Towards a New Past: Some Reflections on Nationalism in Post-Socialist Slovakia,” *Nationalities Papers* 40 (November 2012): 879–94

26. Ben Stanley and Mikołaj Czesnik, “Poland’s Palikot Movement: Voice of the Disenchanted, Missing Ideological Link or More of the Same?” *Party Politics* (December 2014 electronic preprint).

27. Aleks Szczerbiak, “Polish Politics in 2014 (Part 1): Is the Ruling Party Back in the Game?” *Polish Politics Blog*, 2 January 2015, <https://polishpoliticsblog.wordpress.com/2015/01/02/polish-politics-in-2014-part-1-is-the-ruling-party-back-in-the-game/>.

28. Ivan Krastev, “Strange Death of the Liberal Consensus,” 56.

29. Aleks Szczerbiak, “A Model for Democratic Transition and European Integration? Why Poland Matters,” *SEI Working Paper No. 138*, January 2015.

O Liberalismo Sem Resultados*

Ivan Krastev

Ivan Krastev é o presidente do “Centre for Liberal Strategies” em Sofia e membro permanente do “Institute for Human Sciences” em Viena. É membro fundador da diretoria do “European Council on Foreign Relations” e editor-associado do “Europe’s World”, e também colaborador assíduo do New York Times, Financial Times, Foreign Affairs, e numerosas outras publicações. Seu livro mais recente é “Democracy Disrupted: The Politics of Global Protest” (2014).

O ponderado artigo de James Dawson e Seán Hanley é uma grande contribuição ao estudo do “backsliding”*. De acordo com a Wikipédia, “backsliding” é “um termo usado no Cristianismo para descrever um processo pelo qual um indivíduo que se converteu ao Cristianismo volta aos seus hábitos anteriores à conversão e/ou erra ou cai em pecado”. Cair no não liberalismo é o pecado comum de muitas democracias recém-estabelecidas na Europa Central e do Leste (ECL).

* O termo “backsliding” em inglês foi mantido apenas neste primeiro parágrafo, mas é traduzido no restante do texto como “retrocesso”. Quanto ao sentido cristão (protestante) mencionado pelo autor, pode-se notar uma semelhança com o conceito de “apostasia”, embora os verbetes “backsliding” e “apostasy”, na Wikipédia (fonte usada pelo autor) não sejam iguais. (NdaT)

*Publicado originalmente como “Liberalism’s failure to deliver”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 1, Janeiro de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

Refletindo sobre as ideias de meu artigo de outubro de 2007, “A Europa Central e do Leste está retrocedendo? A estranha morte do consenso liberal”, Dawson e Hanley insistem que a reviravolta não liberal na região é um “efeito colateral dos processos de reforma na Europa Central e do Leste, sob a supervisão da UE, dirigidos por incentivos e com foco nas elites”, e que por causa disto, “os cidadãos não são expostos à lógica filosófica das instituições liberal-democráticas”. Na visão dos autores, foi uma ilusão achar que a região tivesse alcançado consolidação democrática, e que o processo atual de regressão estivesse profundamente enraizado na ausência de uma política democrática baseada em valores. Para eles, não é o radicalismo dos populistas, mas sim o oportunismo das elites liberais o culpado pela erosão da democracia liberal na região. O que torna a análise destes autores particularmente valiosa é o fato de que não focalizam apenas a Hungria de Viktor Orbán, mas a região como um todo.

Os mais recentes acontecimentos na Europa Central e do Leste confirmam alguns dos argumentos mais importantes do artigo de Dawson e Hanley. A Polônia, o grande exemplo de sucesso da Europa Central e do Leste e o melhor desempenho de crescimento econômico entre os países da OECD** dos últimos oito anos, elegeu recentemente um governo não liberal. A reação hostil de governos da Europa Central ao apelo da chanceler alemã Angela Merkel para que mostrassem solidariedade aos refugiados sírios também poderia ser facilmente interpretada como mais um exemplo da falta de vontade das elites da ECL de defender posições liberais quando confrontadas com a reação negativa do público.

Todos estes acontecimentos requerem que se olhe muito mais de perto para a relação entre os processos de consolidação democrática

** Organisation for Economic Co-operation and Development. (NdaT)

e a integração à UE. Será que o acesso à UE foi tão benéfico para a construção de democracias liberais no mundo pós-comunista como a maior parte dos pesquisadores tende a achar?

Eu simpatizo com muitos dos argumentos apresentados por Dawson e Hanley. Como eles, eu geralmente acredito que o processo de integração à UE teve efeitos tanto positivos quanto negativos sobre o processo de consolidação democrática. E eu compartilho o receio dos autores de que a democracia na Europa Central e do Leste pode não “acabar com um estrondo”, mas sim “com um gemido”. Porém, eu tenho algumas incertezas quanto à interpretação deles do “retrocesso” da Europa Central e do Leste, e na verdade, com a própria noção de “retrocesso”^{***}. O que me deixa desconfortável é a sua concepção missionária de democracia e democratização, a tácita suposição de que uma democracia consolidada não pode retroceder, e que no coração da crise atual está o fracasso da pedagogia liberal.

Para mim, o que vemos na Europa Central e do Leste não é uma crise de democratização, mas uma genuína crise de democracia liberal, devido a grandes fracassos econômicos, à reação pública contra a globalização e a algumas das crenças centrais do cosmopolitismo liberal, e um declínio do papel da Europa e da União Europeia na política mundial. A crise na Europa Central e do Leste não é fundamentalmente diferente da crise da democracia liberal que vemos na Europa Ocidental e mesmo nos Estados Unidos. Por causa de suas instituições mais fracas e suas experiências democráticas muito mais curtas, os países da ECL são muito mais vulneráveis, mas no final das contas, é a mesma crise.

Enquanto lia o artigo de Dawson e Hanley, eu tentava imaginar como eles teriam julgado o estado da democracia liberal e suas perspectivas na Itália pós-fascista e na Alemanha pós-nazista se estivessem escrevendo, aproximadamente, entre 1969 e 1974. Durante aque-

^{***} O autor usa aqui o termo “backsliding”.

le período, as sociedades italiana e alemã estavam esfaceladas por grandes crises políticas e sociais. As gerações mais jovens estavam se rebelando contra o consenso do período pós-guerra. O antiame-ricanismo estava em crescimento e um radicalismo violento estava presente em ambos os países. Na Alemanha Ocidental, quase um terço da população expressava simpatia pelos objetivos de uma organização terrorista radical, a Facção do Exército Vermelho. Será que este foi um período de retrocesso ou de consolidação da democracia? Não foi o produto desta ruptura, que aos olhos de muitos era o presságio do fim da democracia na Europa, uma liberalização ainda mais ampla destas sociedades?

Dawson e Hanley têm minha total simpatia em sua crítica aos fúteis exercícios de classificadores de democracias, que passam a maior parte do tempo movendo os países entre várias categorias arbitrárias. Mas, para mim, falta à própria abordagem dos autores uma visão de longo-prazo da emergência e das crises das democracias liberais. Para Dawson e Hanley, o liberalismo não pode entrar em crise – qualquer crise só pode significar a ausência de liberalismo. Um liberal como Isaiah Berlin provavelmente discordaria deste ponto de vista. O liberalismo pressupõe escolhas trágicas. E hoje em dia, podemos ver claramente as contradições internas do liberalismo político. Abrir as fronteiras da UE a todos que queiram vir para o velho continente é uma resposta eficiente e progressista à atual crise migratória? Estão errados os cidadãos que acreditam que a culpa pela Grande Recessão pode ser em parte atribuída à ideologia de mercados livres e desimpedidos, e estados mínimos? Ao responder a estas questões, os liberais não podem contar apenas com recitar seus princípios.

O crescimento do não liberalismo na Europa Central e do Leste é menos o resultado de um fraco compromisso das elites aos valores da democracia liberal do que da falta de resultados do liberalismo. O discurso da crise é a língua materna da democracia.

Dawson e Hanley estão convencidos de que a democracia liberal não pode sobreviver sem a presença de fortes atores de mente liberal. Mas quão verdadeira é esta afirmação? Será que democracia liberal significa a aceitação de certas restrições liberais sobre a maioria democrática, ou significa uma sociedade dominada pelo que os autores chamam de “liberalismo progressista”? Os indianos insistem que a sua versão de secularismo é uma base para a interação entre diferentes comunidades religiosas, base esta que não assume a existência de pessoas basicamente não religiosas (eles acusam a *laïcité* ao estilo francês de ter transformado o secularismo em mais uma religião). De forma semelhante, não poderíamos pensar no constitucionalismo liberal como uma base que não assume necessariamente o papel hegemônico de atores liberais?

O Caso da Bulgária

Quanto à afirmação dos autores de que a Bulgária é o exemplo paradigmático do retrocesso da democracia liberal, eu acho que eles erraram o alvo. O caso da Bulgária, na verdade, depõe contra o argumento deles.

Raramente a Bulgária tem estado no centro das atenções acadêmicas, no que se refere às reflexões sobre a transição democrática no mundo pós-comunista. O país é normalmente analisado como um caso atípico, em vez de arquetípico. O que torna a Bulgária um caso distinto, é seu crescimento econômico medíocre (seu PIB atual está na média do que esteve em 1989) e o fato de que quase 10 por cento da sua população deixou o país em décadas recentes. A Bulgária é um exemplo extremo de “democracia de voto de protesto”, um regime político marcado por alta volatilidade eleitoral na qual os governos nunca são reeleitos, mas políticas econômicas são raramente modificadas. Como

em um filme de animação, a Bulgária nos últimos 25 anos foi governado pela esquerda (ex-comunistas), pela direita (anticomunistas), pelos de cima (o antigo rei Simeon II venceu as eleições de 2001 e tornou-se primeiro-ministro), e pelos de baixo (o antigo chefe de segurança do rei, o ex-bombeiro Boyko Borrisov, saiu do partido do rei, fundou o seu próprio, e ganhou as eleições de 2009, 2013 e 2014).

A Bulgária não só passou por muitas experiências de alternância de poder como também por duas vezes, no período pós-1991, seus cidadãos foram massivamente para as ruas exigindo melhor governança – primeiro em 1997, e de novo em 2013. O que é notável é que apesar do desempenho econômico medíocre do país e das grandes turbulências políticas, todas as suas crises políticas têm sido resolvidas dentro das normas da constituição e sem violência. Além disso, é importante não esquecer que as pessoas que se manifestavam em defesa de valores liberais, carregavam bandeiras da UE.

Dawson e Harley estão basicamente certos em seu duro julgamento do compromisso liberal das elites pró-reforma depois de 1997, mas parte de suas críticas passou ligeiramente do ponto. É verdade que a Constituição de 1991 da Bulgária tem uma cláusula que proíbe partidos fundados em base étnica ou religiosa, mas também é verdade que esta cláusula não tem impedido que os búlgaros de etnia turca sejam representados no parlamento, e que o Movimento por Direitos e Liberdades, o partido dos búlgaros turcos, tenha estado no governo por boa parte dos últimos 25 anos. É de se estranhar, então, que as forças pró-reforma não tenham colocado a emenda a esta cláusula no topo de sua agenda? O que mais chama a atenção quanto à Bulgária, não é o não liberalismo da corrente dominante liberal, mas como têm sido liberais as políticas adotadas pelos partidos populistas que assumiram o poder graças às revoltas eleitorais anti-establishment (o Movimento Nacional do rei Simeon II e o Cidadãos para o Desenvolvimento da Bulgária [GERB]), e como a sociedade tem estado pronta para sair às ruas em defesa de alguns valores liberais. Neste sentido, a UE tem

sido bem sucedida na socialização não só das elites, mas também da sociedade búlgara.

A Bulgária é uma democracia problemática. A confiança nas instituições é muito baixa. O estado de direito em muitos casos é apenas uma ficção. Pesquisas de opinião indicam que a vasta maioria do público considera a transição um fracasso total. Porém, seria um erro colocar a culpa da crise atual da democracia na falta de zelo liberal por parte das elites. É a incapacidade das políticas liberais de trazer resultados de prosperidade econômica e justiça social que está no coração da crise de legitimidade da democracia na Bulgária.

O Compromisso dos Islamistas* na Tunísia**

Kasper Ly Netterstrøm

Kasper Ly Netterstrøm é doutorando no European University Institute, em Florença, Itália. Ele viveu na Tunísia e tem feito várias visitas ao país desde a revolução de 2011.

Entre outubro e dezembro de 2014, a Tunísia realizou uma votação parlamentar e uma eleição presidencial em dois turnos, ambas de forma regular e ordenada e sob condições livres e justas. Depois de várias semanas de negociações, um amplo conjunto de partidos políticos se reuniu para formar um novo governo. Com este feito, a Tunísia tornou-se o único país no Oriente Médio e África do Norte a transformar a sua experiência de “Primavera Árabe” de 2011 em uma transição real para a democracia. Por trás desta história de sucesso, há um processo constitucional que se estendeu por trinta meses, desde a queda do ditador Zine al-Abidine Ben Ali, no início de 2011.

O processo foi atribulado. Houve crises e interrupções. Em muitos momentos, a tarefa de fazer a ponte entre opiniões diferentes na assembleia constituinte parecia impossível. No final, porém, um espírito

* O autor usa a palavra “islamist”, que tem sentido político, de ativista islâmico. Em português, o termo islamista tem o mesmo sentido, que é diferente de islamita e muçulmano, ambos com sentido apenas religioso. NdaT.

**Publicado originalmente como “The islamist’s compromise in Tunisia”, *Journal of Democracy*, Volume 26, Número 4, Outubro de 2015 © 2015 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

de compromisso prevaleceu e a assembleia aprovou uma nova Constituição em 26 de janeiro de 2014. Notavelmente, o grande partido islâmico conhecido como Ennahda (“renascença” ou “renovação”, em árabe) apoiou a nova legislação, mesmo sendo ela baseada em muitos princípios a que o partido se opusera previamente.

Já de início a Constituição declara, por exemplo, que a Tunísia é um “estado civil” (*dawla al-madaniya*) – uma expressão que sugere a não interferência religiosa no estado. A Constituição garante uma ampla relação de direitos humanos universais – inclusive a liberdade de expressão e uma forte defesa dos direitos das mulheres. Muito significativamente, não há referência à lei islâmica (*shari’a*), mas apenas aos “ensinamentos do Islã” (*ta’alim al-Islam*). Ao mencionar os “ensinamentos”, mas não a “lei”, a Constituição efetivamente exclui qualquer papel legal para o corpus religioso islâmico.

E o que é mais importante, a Constituição concede o direito à “liberdade de consciência e crença” (*hurriet al-damir*). No mundo muçulmano, este princípio é verdadeiramente revolucionário. Em vez de um direito coletivo de grupos para praticar suas fés respectivas (ou “liberdade de culto”), a liberdade de consciência reconhece que cada indivíduo, homem ou mulher, tem o direito de escolher livremente a sua fé. Isto significa que uma pessoa pode mudar sua afiliação religiosa ou abandonar suas crenças e práticas religiosas. Não apenas os ideólogos islâmicos, mas a maioria das autoridades islâmicas tradicionais também condena rigorosamente a ideia de qualquer muçulmano possa deixar o Islã, seja por outra religião ou pelo ateísmo.

Nesta questão chave e também em outras, a nova Constituição está em total contradição com a ideologia original islâmica do Ennahda. Como comentou Yadh Bem Achour, presidente da comissão que elaborou a Constituição, este é um “grande paradoxo. Estas conquistas modernizadoras foram alcançadas apesar dos islamistas serem maioria na assembleia”¹.

Por muito tempo, as ciências sociais tentaram compreender os partidos e movimentos islâmicos, e como eles evoluem. A aceitação da Constituição pelo Ennahda é um dos mais notáveis exemplos de transformação de um partido islâmico e por esse motivo é de grande importância. Fundado em 1981, o Ennahda passou por décadas de luta pela sobrevivência. Durante este período, o partido desenvolveu diferentes alas que se distinguem por suas experiências dominantes: exílio, prisão ou ativismo clandestino. Quando a revolução tunisiana aconteceu, estes elementos se juntaram rapidamente e tiveram que enfrentar duras questões ideológicas com significado prático imediato. O processo constitucional tunisiano é a história de como o partido islâmico lidou com este desafio histórico.

O paradigma da Moderação Islamista

O termo “islamismo” foi cunhado no final dos anos 1970 pelos cientistas políticos franceses que tentavam entender a Revolução Iraniana e outros casos de ativismo islâmico que estavam naquela época em ascensão². Na ocasião, movimentos como o Ennahda não se referiam a si próprios como “islamistas”, mas sim como “muçulmanos”. O termo acadêmico “islamista”, porém, foi popularizado pela mídia ocidental e acabou sendo adotado por alguns dos próprios sujeitos. O Ennahda, por exemplo, refere-se atualmente a si mesmo como partido islamista³.

O islamismo invoca a tradição ideológica fundada por Jamal-Eddin Al-Afghani (1838-1897), Hassan al-Banna (1906-1949), Abu’A’la Mawdudi (1903-1979) e outros, no final do século XIX e início do século XX. Também se identifica com os movimentos políticos que levaram adiante esta tradição, sendo o mais importante entre eles a Irmandade Muçulmana e suas várias divisões e partidos irmãos no mundo árabe e muçulmano. Islamismo é a ideia de que o Islã não é somente uma religião, mas também uma ideologia política. É a crença de que todos os aspectos da sociedade podem e devem se organizar de

acordo com os textos fundamentais do Islã. Assim como se pode falar de uma “economia socialista” ou uma “economia liberal”, os islamistas acreditam que também há uma “economia islâmica”, sem falar na política educacional, social, ambiental islâmica, e por aí fora. Como diz um famoso slogan da Irmandade Muçulmana, não importa qual é o problema, “o Islã é a solução”. Esta solução está – em teoria – sempre baseada em uma interpretação do Alcorão e da prática dos quatro primeiros califas (também conhecidos por “califas bem guiados”), sendo que o último deles morreu no ano 661 d.C.

O islamismo não é uma ideologia conservadora que toma a sociedade existente como modelo. O islamismo rejeita a tradição real dos governos dentro do mundo muçulmano, como por exemplo, os impérios Otomanos e Safávida, classificando-os como “não-islâmicos”. O islamismo é a priori uma ideologia que quer transformar a sociedade conforme uma série de ideias pré-definidas. Neste sentido, o islamismo tem várias semelhanças com o socialismo e o comunismo.

Os estudiosos do tema se dividem na maneira pela qual percebem estes movimentos e partidos. Os orientistas e neoconservadores veem os partidos islamistas como essencialmente não democráticos e incapazes de promover reforma. Bernard Lewis, por exemplo, escreve que:

Para os islamistas, a democracia... é uma via de mão única na qual não há retorno, nem rejeição à soberania de Deus, tal como é exercida pelos Seus representantes escolhidos. O resumo clássico de sua política eleitoral é “um homem (e somente homens), um voto, uma única vez”⁴. Aqueles que tendem a ver o islamismo como uma forma de política de identidade, como Dale Eickelman e James Piscatori, o retratam com mais nuances e mais positivamente. No debate francês, estas posições opostas são representadas por Gilles Kepel, que vê o islamismo como um movimento radical, versus François Burgat, para quem o islamismo deve ser entendido à luz da luta contra o colonialismo e os regimes autoritários da região.

Também vale notar que este debate se estende além da esfera acadêmica. Tanto no Ocidente como no mundo muçulmano, a questão dos “verdadeiros motivos” dos islamistas é um tópico recorrente de discussões e discordâncias políticas. Muitos dos protestos contra a coalisão liderada pelo Ennahda na Tunísia, por exemplo, foram alimentados pelo medo da oposição de que o Ennahda quisesse estabelecer no país uma teocracia como a do Irã.

Como consequência do sucesso eleitoral do partido turco de raiz islamista Justiça e Desenvolvimento (AKP) e da agenda de democratização do governo dos Estados Unidos pós-11 de setembro, o debate acadêmico tem avançado nos últimos anos. Em vez de tentar desvelar a “verdadeira natureza” do islamismo, o foco agora é em como os partidos e movimentos islamistas podem se tornar mais moderados. Isto tem inspirado novos esforços na identificação dos fatores que podem mudar o comportamento dos islamistas. Vali Nasr e Fareed Zakaria enfatizam o desenvolvimento econômico, enquanto Stathis Kalyvas e outros apontam para a estrutura organizacional⁵. A teoria mais proeminente de todas, porém, é a “hipótese da inclusão-moderação”, popularizada por Jillian Schwedler⁶. Ela pressupõe que a inclusão no processo político vai tornar os partidos islamistas mais moderados. A bibliografia sobre esta ideia é ampla e variada, mas há conceitos e explicações comuns suficientes para que se possa falar de um “paradigma da inclusão-moderação”.

Um traço importante compartilhado por muitos estudos que cabem neste paradigma é a distinção entre moderação tática e ideológica (algumas vezes chamadas de moderação “comportamental” versus “substancial”). Enquanto a primeira se preocupa somente em conseguir o poder, a última é um processo no qual o partido islamista genuinamente muda sua ideologia. Os islamistas podem adotar novas políticas e deixar intacta a ideologia, ou podem revisitar sua ideologia e, como consequência, formular novas políticas.

A maioria dos estudos dentro do paradigma da moderação afirma que os movimentos islamistas passam pelo aprendizado político e

assim são levados a revisar suas posições ideológicas. Já a questão de como isso ocorreria, exatamente, é motivo de disputa. Schwedler acentua os debates e tomadas de decisão dentro dos partidos islamistas, enquanto Berna Turam enfatiza as interações cotidianas com outros partidos e organizações⁷. Em ambas as visões, a moderação aparece como parte de um processo deliberativo. Embora Jürgen Habermas não seja citado, há uma concepção quase habermasiana de como os valores mudam. Os islamistas formam suas opiniões em uma esfera neutra e então avançam politicamente. A evolução ideológica acontece fora do campo político.

O paradigma da inclusão-moderação merece crédito por ir além do velho debate e por levantar temas como os processos internos dos partidos islamistas e as causas da reforma ideológica. Os autores que trabalham dentro do paradigma também têm contribuído com valiosos aconselhamentos políticos. Porém, esta bibliografia também sofre de alguns problemas recorrentes. Seu relacionamento próximo com a promoção da democracia no Oriente Médio conferiu a ela um forte viés normativo e produziu algumas conceptualizações problemáticas.

Primeiro, o próprio conceito de moderação é normativo. Ser “moderado” não faz sentido em si mesmo. Pode-se ser ou não moderado somente em relação a alguma outra coisa, e a bibliografia da moderação raramente explicita esta “alguma outra coisa”. A maioria dos estudos sobre moderação islamista discute em detalhes os diferentes fatores que levam à moderação, mas devotam pouco espaço à definição do que significa ser “moderado”. Muitos estudos apresentam apenas uma definição operacional de moderação e ignoram o conteúdo normativo do conceito. Outros explicam como definem a moderação teoricamente, mas deixam de discutir criticamente o emprego do termo em si. Isto se torna óbvio ao observarmos as diferentes definições de moderação que são apresentadas. Schwedler, uma referência nesse campo de estudo, define moderação como “deixar as práticas excludentes”. Em

seu estudo sobre o Partido da Justiça e Desenvolvimento do Marrocos (PJD), Eva Wegner e Miguel Pellicer definem a moderação como uma “crescente flexibilidade em relação a crenças ideológicas centrais”⁸.

Ambas as definições substituem a moderação por outro conceito relacional. “Flexibilidade” ou “deixar as práticas excludentes” não nos levam muito mais longe do que a ideia de moderação. E estas definições têm a mesma normatividade implícita de “moderação”. Se os movimentos islamistas mostrassem “flexibilidade” se tornando mais violentos do que sua posição ideológica inicial parecia prever, então isto contaria como “moderação”? Ou se os movimentos islamistas abandonassem as “práticas excludentes” deixando de excluir jihadistas armados, teríamos que considerar isto um ato de “moderação”?

Em seu estudo sobre os movimentos islamistas jordanianos, Janine Clark evita esta armadilha definindo moderação ideologicamente como “uma maior aceitação e entendimento da democracia, das liberdades políticas, e dos direitos das mulheres e das minorias”⁹. De forma similar, em sua comparação dos partidos islamistas e comunistas, Sucedá Karakaya e A. Kadir Yildirim definem moderação simplesmente como “uma mudança de posições sobre a democracia, o sistema econômico e o papel político do Islã”¹⁰.

Estudos como estes, com suas definições de moderação baseadas em conteúdo, são mais honestas quanto à natureza normativa do conceito. Mas se “moderado” é simplesmente um outro jeito de dizer “mais democrático” ou “mais secular”, por que então falar de “moderação”? Se efetivamente significa “mais democrático” por que não dizer isso de uma vez? “Moderação” repousa em um julgamento de valor; não tem nenhuma função analítica, e só pode servir para obscurecer o caráter normativo de um estudo. Não há nada de errado em se perguntar como os movimentos islamistas podem se tornar mais democráticos ou seculares, mas então isto deveria estar expresso claramente, e não oculto atrás do conceito vago de “moderação”.

O segundo problema do paradigma da inclusão-moderação é a sua distinção entre moderação tática e ideológica. Apesar de seu apelo intuitivo, há o risco de que esta distinção faça com que nossa compreensão dos movimentos islamistas fique distorcida. Colocar uma severa distinção entre tática e ideologia implica que a moderação ideológica é a única forma verdadeira de moderação. Se os islamistas deixarem de manter debates filosóficos internos antes de revisar sua agenda política, não podemos dizer que eles foram “moderados”. Se eles fizerem concessões por pragmatismo e necessidade política, estas concessões são necessariamente vistas como táticas e, portanto, superficiais e temporárias. Aos olhos da teoria da moderação, islamistas que têm feito concessões táticas irão revertê-las na primeira chance que aparecer. Aqui o paradigma da moderação traz de volta a discussão prévia sobre os islamistas terem ou não uma agenda oculta.

O problema é que compromissos e concessões políticas frequentemente vêm antes das mudanças de cunho ideológico. Os movimentos islamistas podem fazer concessões contra sua vontade, puramente por razões táticas e pragmáticas, mas uma vez que estes compromissos já foram feitos, eles podem afetar a posição ideológica dos islamistas. Um foco muito rígido na distinção de moderação tática e ideológica, em outras palavras, ameaça obscurecer os possíveis efeitos ideológicos que compromissos políticos podem exercer sobre os movimentos islamistas. Contornando este risco, o estudo de Carrie Wickham sobre o partido egípcio Wasat delineia a maneira pela qual as concessões táticas podem influenciar a posição ideológica inicial de um partido, derrubando assim a distinção rígida entre moderação tática e ideológica¹¹.

O terceiro problema com o paradigma da moderação é que ele trata o poder sempre como um meio e nunca como um fim. Claro que há verdade na ideia de que os islamistas querem poder para pôr em prática seu programa político. Porém, os motivos que mobilizam os atores políticos – inclusive os islamistas – são muito mais variados do que

simplesmente a implementação de um programa ideológico. Para o estudo do islamismo, o foco exclusivo no poder como meio faz com que fique difícil explicar por que os islamistas algumas vezes deixam de agir de acordo com sua ideologia. Se a ideologia é a única motivação dos islamistas, os pesquisadores não têm nenhuma escolha a não ser a de ver todos os compromissos e concessões dos islamistas como “temporários” ou “táticos” – de outra forma não haveria como explicá-los.

Predispostos ao compromisso?

Com estes pensamentos sobre o paradigma da moderação e suas fraquezas em mente, podemos agora nos voltar para o caso tunisiano. De acordo com o paradigma, o processo do aprendizado ideológico deveria ter precedido a aceitação dos islamistas dos princípios constitucionais seculares. Mas foi este o caso? Se alguém perguntar para os islamistas, ele dirão que foi. Eles vão ressaltar o fato de que já haviam firmado compromisso com a democracia, a liberdade e os direitos humanos desde a década de 1980. Da mesma forma, vão enfatizar seu pragmatismo e experiência em trabalhar com outros partidos.

Isto não está completamente errado. Desde a fundação do seu antecessor, o *Mouvement de la Tendance Islamique*, em 1981, o reconhecimento legal, e não uma revolução no estilo iraniano, tem sido o principal objetivo do *Ennahda*. O partido também tem sido capaz de mudar de rota. Em 1985, por exemplo, o partido se opôs ferrenhamente ao Código do Status Pessoal do presidente Habib Bourguiba, que dava novos direitos às mulheres, exigindo um referendun sobre o assunto. Cinco anos depois, antecipando as eleições livres em uma abertura política instituída por Ben Ali (que derrubou Bourguiba, no golpe de 1987), que acabaria sendo de curta duração, o *Ennahda* aceitou o Código do Status Pessoal. Em 2005, o *Ennahda* juntou-se ao *Mouvement de 18 Octobre*, uma plataforma comum que os partidos de oposição tunisianos adotaram para protestarem contra o regime de Ben Ali. Esta não foi a única vez que o *Ennahda* trabalhou com outros

partidos. Ele tem toda uma história de compromisso e pragmatismo.

Isto prova que o Ennahda pode se adaptar às variações das realidades políticas. Mas não prova que o partido estava ideologicamente comprometido com a liberdade de consciência, e com o abandono da *shari'a*, ou de outras posições relacionadas a assuntos controvertidos antes do processo constitucional. Ao contrário, no livro que muitos membros do Ennahda mencionam para justificar o compromisso do partido com a democracia, o líder do movimento, Rachid Ghannouchi assume uma clara posição contra a liberdade de consciência. Nesta obra de 1993, ele escreve que um muçulmano que deixa o Islã (“apostasia”) comete um crime equivalente à sedição e à rebelião:

A apostasia é um crime... relacionado à preservação dos muçulmanos e das estruturas do estado islâmico contra os ataques inimigos... É um crime político comparável em outros regimes ao crime de abandonar pela força o governo do estado e de tentar desestabilizá-lo. Deve ser tratado com medidas apropriadas, proporcionais à importância e ao risco que representa¹².

Da mesma forma, a *shari'a* é essencial para a ideia de Ghannouchi de “democracia islâmica”. Ele visualiza um sistema de eleições competitivas, mas que deve ocorrer dentro de uma ordem política cuja fundação é a *shari'a*. O papel do governo eleito é proporcionar a *ijtihad* (interpretação) da lei islâmica e delinear a legislação (compatível com os princípios da *shari'a*) para as áreas que a *shari'a* não cobre. Ghannouchi não defende a democracia plena, mas apenas uma democracia limitada que cubra o que ainda não foi estipulado pela lei islâmica preexistente¹³. Entrevistas com representantes locais do Ennahda confirmam este quadro. A maioria dos membros queria desesperadamente uma referência à *shari'a* dentro da constituição, e a liberdade de consciência era algo que o partido – líderes e membros – rejeitava profundamente. As concessões do Ennahda no processo constitucional não podem ser explicadas em termos de ideologia.

Os líderes do Ennahda podem hoje tentar explicar as concessões que fizeram de acordo com a ideologia islamista e com suas declarações anteriores. Como qualquer outro partido político, o Ennahda tenta retratar a si próprio como lógico e coerente. No entanto, exatamente como havia feito no caso do Código do Status Pessoal no início da década de 1990, o Ennahda reverteu sua posição quanto à *shari'a* e liberdade de consciência. Devemos, portanto, ir além das justificativas oferecidas pelos próprios islamistas.

Os líderes do partido e seus interesses

Para poder compreender o que levou o Ennahda a aceitar princípios seculares tão importantes na Constituição, devemos olhar para a organização do partido. O Ennahda começou como um movimento religioso; foi só no início da década de 1980 que se tornou também um partido. Por esta razão, e porque a crença islamista determina que a religião deva ditar a política, Rachid Ghannouchi é ao mesmo tempo autoridade religiosa e líder político. Com os anos (incluindo um longo período no exílio), Ghannouchi conseguiu refinar ainda mais seu papel. Seus escritos extensivos sobre o Islã e o Islamismo são lidos amplamente nos círculos islamistas. Os membros do Ennahda o consideram uma importante autoridade religiosa cujas palavras têm grande peso. Outros membros da liderança do Ennahda também são vistos como autoridades em questões religiosas. Abdel Fettah Mourou e Abdelmajid Najjar, por exemplo, usufruem do status de eruditos islâmicos, embora Ghannouchi esteja em posição muito acima deles.

Outra particularidade digna de nota é a forte disciplina interna do Ennahda. Pode haver divisões e discussões ferozes dentro do partido, mas uma vez que uma decisão é tomada, os membros tendem a seguir e a defender a posição do partido como se fosse a deles próprios. Os ensinamentos passados pelo partido a seus membros e a experiência de luta contra a ditadura criaram um verdadeiro sentido de *esprit de corps*¹⁴.

A combinação de uma autoridade que é religiosa e também política com um etos de forte disciplina partidária resulta, na verdade, em uma organização elitista. Existem estruturas formalmente democráticas para governança do partido, incluindo um presidente eleito e um conselho de governo (*majlis al-shura*), mas o status pessoal singular de Ghannouchi permite que ele faça o que quiser, sem se importar com o que pensa o conselho de governo. A maioria do conselho pode discordar dele, mas não tem poder real para puni-lo ou para bloquear sua decisão, se ele realmente insistir. Há, portanto, muito poder nas mãos de Ghannouchi e de seus assessores mais próximos. Esta é a liderança do Ennahda.

Os membros são importantes, pois eles representam o partido e disseminam sua mensagem pelas cidades e vizinhanças do país inteiro. Os líderes têm que levar em conta a opinião de seus membros quando há decisões a serem tomadas para minimizar a dissensão interna e manter a coesão do partido. Entretanto, iniciativas e decisões importantes têm origem na liderança. Para entender por que o Ennahda fez concessões durante o processo constitucional, deve-se olhar para os interesses dos líderes a também para sua percepção de como ficaram as coisas depois da queda de Ben Ali e da eleição da assembleia constituinte de outubro de 2011.

O Ennahda ganhou 37 por cento dos votos e ocupou cadeiras no legislativo de todas as diversas regiões da Tunísia, emergindo indiscutivelmente como o mais forte e único verdadeiro partido de massa do país. Nenhum outro partido chegou perto da organização e profissionalismo do Ennahda. No entanto, sua real posição política era mais fraca do que os resultados eleitorais indicavam. A liderança sabia que, embora Ben Ali e sua família já tivessem partido, muito do velho regime havia permanecido. Os altos postos do estado, os serviços secretos e a polícia ainda estavam sob o controle de aliados do ex-ditador. Qualquer tumulto no processo constitucional ou uma impressão ampla de instabilidade política poderia trazer o velho regime de volta ao cenário

político. Como Abou Yareed Marzouki, assessor do primeiro-ministro Hamadi Jebali no primeiro governo liderado pelo Ennahda, descreveu a situação, “os serviços de segurança, os ministérios, a mídia – todas estas pessoas do velho regime ainda estavam presentes. Nominalmente, nós tínhamos o poder, mas na realidade eles estavam no controle”¹⁵.

É importante lembrar que depois que Bourguiba caiu com o golpe palaciano sem derramamento de sangue de Ben Ali, em 1987, a Tunísia tentou dar vários passos em direção à democracia, antes de Ben Ali conseguir se consolidar no poder e começar a perseguir os islamistas. Já sendo gato escaldado, o pessoal do Ennahda tinha dolorosa consciência da rapidez com que a situação poderia voltar-se contra eles apesar do seu forte desempenho nas urnas. O golpe militar de julho de 2013 no Egito que depôs o governo eleito da Irmandade Muçulmana aumentou ainda mais este medo de uma súbita contrarrevolução.

Além disso, os líderes do Ennahda sabiam que os segmentos mais seculares da sociedade tunisiana – especialmente a poderosa União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT) – fariam todo o possível para impedir a influência islamista na Constituição. Tendo desempenhado um papel crucial na luta pela independência e na deposição de Ben Ali, a UGTT goza de enorme respeito na Tunísia. Com seções e membros locais por todo o país, a união foi de longe a entidade política mais organizada no país depois da revolução. Os líderes do Ennahda sabiam que se a UGTT convocasse greves e colocasse o seu peso por trás da oposição a um governo do Ennahda, o processo constituinte poderia ruir¹⁶.

Ao lado do medo do velho regime e da oposição secular, a liderança do Ennahda tinha, finalmente, o seu próprio interesse em que o processo constitucional desse certo. A liderança estava muito confiante de que seria a grande vencedora nas eleições democráticas. Esta confiança tinha raízes não apenas nos resultados de 2011, mas também na análise histórica de longo prazo realizada por Ghannouchi e outros líderes do partido. Na visão deles, o processo de modernização e secu-

larização que Bourguiba havia lançado após a independência em 1956, e que continuou até certo ponto sob Ben Ali, não tinha nada a ver com a Tunísia muçulmana¹⁷. Eles acreditavam que somente a ditadura e a força bruta sustentavam a modernização. Se isto fosse removido e o povo pudesse escolher livremente, a identidade islâmica da Tunísia se reafirmaria naturalmente, com o Ennahda como partido líder.

Por estas razões, uma nova Constituição era crucial para o partido. Claro que os líderes do Ennahda queriam deixar a marca islamista o mais profundamente possível nesta recém-aprovada lei básica, mas eles estavam sempre prontos a aceitar acordos. Membros locais do Ennahda, porém, viam as coisas de forma muito diferente.

Uma batalha em duas frentes

Como mencionado acima, muitos membros do Ennahda – inclusive núcleos de liderança – queriam uma clara referência à *shari'a* na introdução ou no primeiro capítulo da Constituição. Eles achavam que se a ideologia islamista do partido tivesse algum significado, então a lei de Deus tinha que ser mencionada no documento fundador do país. Os defensores do Ennahda e outros islamistas fizeram várias manifestações em Túnis pedindo a inclusão da *shari'a* na Constituição. Na questão da liberdade de consciência, a pressão das bases do Ennahda foi até mais forte. Depois da vitória eleitoral de seu partido, eles simplesmente não podiam entender como que a Constituição poderia incluir o direito de deixar o Islã, algo que a vasta maioria dos juristas islâmicos considera estritamente proibido.

Os líderes do Ennahda, enquanto isto, compreenderam que embora eles pudessem juntar forças com partidos menores de inclinação islamista para formar uma maioria apertada que aprovasse a referência à *shari'a* e apagasse a cláusula da liberdade de consciência, eles ainda não teriam a maioria de dois-terços requerida para aprovar a Constituição inteira (notando que o processo constitucional da Tunísia não

incluía uma ratificação popular por referendo, e deixava tudo para a assembleia constituinte). Além do mais, assumir uma posição dura nestes assuntos sensíveis não só ameaçaria fazer ruir o processo da Constituição inteiro, como também desagradaria os investidores estrangeiros e os aliados ocidentais da Tunísia. Um país dependente de turismo como a Tunísia não podia se dar ao luxo de parecer um nicho de extremismo. E, finalmente, havia o risco de que os segmentos seculares da sociedade tunisiana pudessem responder com uma revolta e talvez até com uma contrarrevolução, como descrito acima. Diante destas considerações, as instâncias decisórias do Ennahda concluíram que recuar era o melhor caminho.

A liderança do Ennahda, então, viu a si própria lutando em duas frentes. Por um lado, queria assegurar a maior influência islamista possível na Constituição sem pôr em risco o processo constitucional como um todo. E, por outro lado, tinha que convencer as bases do Ennahda a aceitar os princípios que se opunham à ideologia original do partido. Para conseguir realizar esta segunda tarefa, os líderes percorreram as sedes locais e regionais do partido para conversar com seus filiados. Os argumentos apresentados eram geralmente variados. Algumas vezes, os líderes minimizavam as concessões; outras, enfatizavam o papel da sociedade civil passando a confiança de que os tunisianos rejeitariam quaisquer tendências modernistas mesmo que constassem no texto da Constituição. Mais proeminentes, porém, foram as interpretações novas e mais liberais do Islamismo e do próprio Islã. No meio do processo constitucional, Ghannouchi disse:

Não é adequado que islamistas e muçulmanos em geral temam que a liberdade possa ferir o Islã. O maior risco ao Islã seria a ausência de liberdades e a indisponibilidade de garantias suficientes para a liberdade de consciência, a liberdade de expressão, a liberdade de crença, a liberdade de movimento, e todas as liberdades sociais¹⁸.

Sua autoridade religiosa, como também a de outros pensadores islâmicos dentro do partido, foi usada para convencer os demais membros que os compromissos eram perfeitamente islâmicos. A *shari'a* foi transformada em uma questão de valores em vez de normas legais, o que justifica a referência a “ensinamentos” e não a “leis” do Islã na introdução da Constituição. A liberdade de consciência foi relacionada à importância geral da liberdade no Islã. O partido também promoveu encontros para discutir questões e chegar a um entendimento comum antes de fazer as concessões reais com outros partidos. Isto ajudou a acalmar os membros do partido, mas líderes locais ainda consideravam a explicação das concessões uma tarefa difícil. Como um líder local me contou:

Isto criou muitos problemas no partido. Muitos membros ficaram bravos... Deixar o Islã é proibido. Ghannouchi sugeriu uma nova interpretação do Islã quanto a este assunto, que é muito diferente da lei islâmica... Nosso papel como ativistas do partido era estar em contato com os membros locais e explicar a eles a nova interpretação. Acabamos conseguindo convencer muitos membros¹⁹.

Os argumentos usados podem ser questionados, mas os resultados foram de qualquer forma impressionantes. De volta do exílio e da atividade clandestina, o Ennahda conseguiu mudar elementos essenciais de sua ideologia em um período curto de tempo e criar apoio genuíno para a nova Constituição entre seus membros.

Além da ideologia

Tendo examinado as concessões do Ennahda, é possível esboçar algumas lições gerais da experiência tunisiana. É um erro de muitos estudos sobre a moderação assumir que os partidos e os movimentos islamistas veem o poder somente como um meio de implementar um programa ideológico. Os islamistas têm outros motivos que podem às vezes ter um peso maior do que o da ideologia. No caso tunisiano,

o mais importante no que se refere à reformulação da ideologia do Ennahda não foi o debate interno, a interação com outros partidos ou qualquer outro tipo de aprendizado que tenha antecipado a decisão. O que contou mesmo foi o cálculo político direcionado a ganhar e a manter o poder. Em nome do conjunto amplo de objetivos do partido, alguns elementos da ideologia islamista tiveram de ser deixados para trás. A liberdade de consciência teve de ser concedida, e a *shari'a*, abandonada. O Ennahda firmou estes compromissos por necessidade política, e só depois desenvolveu uma explicação ideológica para eles.

O recrutamento da base do partido para acolher este novo entendimento não foi um processo de aprendizado neutro, mas um exercício de poder e de persuasão por parte da liderança. Os líderes lançaram mão de todos os meios de influência que eles puderam reunir. Se os membros do partido tivessem tido a liberdade de debater o assunto sem a influência da liderança, a Constituição nunca teria sido aceita. Na Tunísia, os islamistas não aprenderam um novo ponto de vista, ao contrário: seus líderes é que decidiram adotar uma nova visão e pressionaram os membros a fazer o mesmo.

Este foco no poder e no cálculo político não deve ser confundido com uma moderação que é meramente tática. O Ennahda fez concessões por necessidade, mas isto não as torna mais temporárias ou superficiais. Primeiro, porque a liderança agora havia convencido os membros do partido de que a liberdade de consciência e uma Constituição que não faz menção à *shari'a* são perfeitamente compatíveis com o Islã. Quanto a isto, a ideologia do partido mudou. Segundo, porque a pressão para abandonar a *shari'a* e aceitar a liberdade de consciência vai persistir. Se o Ennahda quer competir em eleições futuras, vai precisar apelar aos eleitores de centro. Reintroduzir a exigência da *shari'a* ou o ataque à liberdade de consciência distanciaria estes eleitores. Em suma, não há nenhuma “agenda oculta”, somente a adaptação a realidades políticas. Ver os partidos islamistas como capazes de serem dirigidos por cálculos políticos e não apenas por ideo-

logia significa que os partidos islamistas podem reformar a si mesmos genuinamente.

É importante enfatizar aqui que o foco no cálculo político não é o mesmo que dizer que os islamistas só estão interessados no poder pelo poder. Rejeitar o foco do paradigma da moderação na ideologia não pode levar a um maquiavelismo simplista. Para entender a evolução dos partidos islamistas, é preciso olhar para a diversidade de motivos e para as trajetórias pessoais que estão por trás das ações dos islamistas. Quanto ao Ennahda, a experiência de vida sob a ditadura foi crucial. O tempo no exílio e na prisão causou entre os líderes do partido um medo e uma desconfiança duradoura no estado. Para muitos deles, ganhar o poder tem sido menos uma questão de capacidade de governar do que de capacidade de sobreviver. Ter participação no poder tem sido para o Ennahda a única maneira de evitar a horrenda possibilidade de uma nova perseguição.

Além disso, o poder tem sido também um caminho para o seu reconhecimento pelo establishment tunisiano. Desde a fundação do partido, os seguidores do Ennahda têm sido excluídos da história oficial da Tunísia e tratados como retrógrados e inferiores. A conquista do poder reverteria esta imagem e os colocaria como parte legítima da sociedade tunisiana. E, ainda, as ambições pessoais de alguns líderes do Ennahda certamente devem ter sido significativas. Ao estudar os partidos islamistas, deve-se manter todos estes motivos variados em mente e não olhar apenas as declarações ideológicas. Só assim uma compreensão mais plena de como e por que os partidos islamistas se transformam se torna possível.

Uma força reticente para a secularização

Logo após a adoção da nova Constituição, o que este processo revela sobre a relação entre religião e política no Ennahda? Como se dá a evolução do papel do Islã no programa do partido como con-

seqüência do processo constitucional? Como mencionado acima, a autoridade religiosa e a política se sobrepõem dentro do Ennahda. Apesar de contrariar a intenção dos fundadores, não é a religião, e sim a política que determina as posições públicas do partido. Na verdade, o cálculo político não apenas supera a doutrina religiosa, mas determina a própria interpretação da religião. Quando os líderes do Ennahda tiveram que fazer compromissos desagradáveis, mas necessários na assembleia constituinte e então “vender” estas concessões aos membros, a autoridade religiosa da liderança vergou-se à tarefa de persuadir a base a aceitá-las. O Islã tornou-se um instrumento político para a liderança.

Como os líderes do Ennahda precisavam que seus membros aceitassem a liberdade de consciência, o abandono da *shari'a* e outros princípios laicos, a liderança pôs em prática uma interpretação do Islã que admitisse estas concessões. Os cálculos estratégicos da liderança do Ennahda geraram assim uma mudança ideológica entre os membros do partido. O processo mudou a maneira pela qual muitos destes membros percebiam o Islamismo e o Islã.

Claro que novos estudos e pesquisas serão necessários para que se tenha uma medida da real dimensão desta mudança de valor. Mas, de qualquer forma, o mero fato de que o partido continua unido e ainda apoiando a Constituição é prova de que esta transformação ocorreu. É importante lembrar que esta mudança de valor não se aplica aos islamistas de fora do Ennahda. Estes nunca aceitaram os princípios seculares da Constituição. A maneira com que farão com que sua insatisfação seja ouvida, só o tempo dirá. Mas quanto ao partido Ennahda, sua ideologia islamista tem sido inquestionavelmente adaptada às instituições da democracia moderna. Pelo menos neste sentido, o processo constitucional conseguiu realizar a secularização da esfera política tunisiana. Pelas razões explicadas acima, é muito improvável que o partido vá reexaminar seu apoio à Constituição, mesmo quando Ghannouchi, hoje com 74 anos, não estiver mais no poder. Como

o líder do Ennahda e ex-vice-presidente da assembleia constituinte, Meherzia Labidi, explicou:

Sabe o que fizemos com a Constituição? Nós fechamos o debate sobre o modelo político. A aceitação da Constituição, especialmente do artigo 6 sobre liberdade de consciência e do artigo 2 sobre a natureza civil do estado tunisiano, pôs um fim na discussão do papel do Islã nos assuntos do estado²⁰.

A aceitação da Constituição pelo Ennahda enterrou a ideia de construir uma sociedade fundamentalmente diferente. O processo também tem deslocado, dentro do partido, o foco em um Islamismo original e utópico para uma tendência que enfatiza os costumes e valores islâmicos como pontos de referência dentro da sociedade tunisiana. Neste sentido, a reação de Ghannouchi aos cartuns de Maomé publicados pelo Charlie Hebdo é reveladora. Ele apoiou a censura dos cartuns na Tunísia, mas observou que os muçulmanos que vivem na França deveriam tolerá-los, pois lá cartuns deste tipo fazem parte da sociedade. “O que é aceito em uma sociedade, pode ser recusado em outra”, ele afirmou²¹. Esta visão se distancia totalmente do universalismo original do Islamismo. A aceitação da Constituição pode então ser parte de uma transformação gradual do Ennahda, que deixou de ser um movimento islamista para tornar-se um partido conservador mais convencional. Esta seria uma evolução similar à mudança que ocorreu na Turquia na década de 1990, não dentro dos partidos, mas entre eles, quando o AKP, sob Recep Tayyip Erdogan, substituiu o islamista Partido do Bem-estar.

Tal deslocamento de um Islamismo clássico em direção a um conservadorismo mais genérico ainda garante ao Islã um lugar proeminente na retórica e nas preocupações do Ennahda, mas que serão provavelmente expressas em termos de uma “política de identidade”, não muito diferente dos apelos da direita cristã nos Estados Unidos. O partido vai selecionar políticas que destacam a identidade muçulmana,

mas não desafiará as bases fundamentais da ordem política. O Ennahda pode fazer pressão por um sistema educacional mais orientado ao islamismo, por impostos mais altos sobre as bebidas alcoólicas, por uma política exterior centrada nas relações com países muçulmanos. Mas estas posições políticas serão formuladas dentro de instituições democráticas, assim como os conservadores cristãos nos Estados Unidos contestam a prática do aborto, mas nunca questionam a Constituição do país. O Ennahda pode se envolver em “guerras culturais” sobre o significado de ser tunisiano, mas os princípios centrais da democracia liberal serão deixados em paz.

Notas

O autor agradece Olivier Roy, Nadia Marzouki, Teije Hidde Donker, Michal Matlak, e Nedra Cherif.

1. Isabelle Mandraud, “La liberté de conscience, principe inédit dans le monde arabe,” *Le Monde*, 30 January 2014.

2. Sobre a origem do termo “islamismo”, veja Olivier Roy, “Les islamologues ont-ils inventé l’islamisme?” *Esprit*, August–September 2001

3. Veja, por exemplo, as referências ao Ennahda como um partido islamista de Rachid Ghannouchi em seu discurso de 31 de maio de 2013 no “Tunisia’s Democratic Future” conferido no Brookings Institution em Washington, D.C., disponível em: www.brookings.edu/events/2013/05/31-tunisia-democracyghannouchi.

4. Bernard Lewis, *The Crisis of Islam: Holy War and Unholy Terror* (New York: Modern Library, 2003), 112.

5. Vali Nasr, *Forces of Fortune: The Rise of the New Muslim Middle Class and What It Means for Our World* (New York: Free Press, 2009); Fareed Zakaria, “Islam, Democracy and Constitutional Liberalism,” in James Demetrios Caraley, ed., *American Hegemony: Preventive War, Iraq and Imposing Democracy* (New York: Academy of Political Science, 2004); and Stathis Kalyvas, “Commitment Problems in Emerging Democracies: The Case of Religious Parties,” *Comparative Politics* 32 (July 2000): 379–98.

6. Jillian Schwedler, *Faith in Moderation: Islamist Parties in Jordan and Yemen* (New York: Cambridge University Press, 2006).

7. Berna Turam, *Between Islam and the State: The Politics of Engagement* (Stanford: Stanford University Press, 2007).

8. Eva Wegner and Miquel Pellicer, "Islamist Moderation Without Democratization: The Coming of Age of the Moroccan Party of Justice and Development?" *Democratization* 16, no. 1 (2009): 157–75, and Jillian Schwedler, "Democratization, Inclusion and the Moderation of Islamist Parties," *Development* 50, no. 1 (2007): 56–61.

9. Janine A. Clark, "The Conditions of Islamist Moderation: Unpacking Cross-Ideological Cooperation in Jordan," *International Journal of Middle East Studies* 38, no. 4 (2006): 539–60.

10. Suveyda Karakaya and A. Kadir Yildirim, "Islamist Moderation in Perspective: Comparative Analysis of the Moderation of Islamist and Western Communist Parties," *Democratization* 20, no. 7 (2013): 1322–49.

11. Carrie Rosefsky Wickham, "The Path to Moderation: Strategy and Learning in the Formation of Egypt's Wasat Party," *Comparative Politics* 36, no. 2 (2004): 205.

12. Rachid Ghannouchi, *Al-Hurriya Al-'Ammah Fid-Dawlah Al-Islamiyyah* (Public liberties in the Islamic state) (Beirut: Markaz Dirasat al-Wahdah al-'Arabiyah, 1993), 50. Traduzido por Nedra Cherif. Ghannouchi distingue no livro entre duas diferentes visões da apostasia. Uma escola de jurisprudência islâmica a considera uma ofensa religiosa que deve ser punida com a pena de morte. A outra escola vê a apostasia como um ataque à ordem pública e portanto deve ser sujeita a uma punição comparável a outros casos em que a ordem pública é violada. Ghannouchi pertence à segunda escola. Ele considera a apostasia um crime, mas não acredita que deveria ser punida com a morte.

13. Sobre os pensamentos políticos de Ghannouchi, veja Azzam Tamimi, *Rachid Ghannouchi: A Democrat Within Islamism* (Oxford: Oxford University Press, 2001).

14. Sobre o Ennahda, sob a ditadura de Ben Ali, veja Maryem Ben Salem, "Le militantisme en contexte répressif: Cas du mouvement islamiste tunisien," (doctoral diss., Université Paris 1, Panthéon Sorbonne, 2013).

15. Entrevista com o autor Menzel Bourguiba, Tunisia, 2 de maio de 2014.
16. Por um relato brilhante sobre as relações entre o Ennahda e o UGTT durante o processo constitucional, veja H'ela Yousfi, *L'UGTT, une passion tunisienne* (Sfax: Med Ali Edition, 2015).
17. Uma descrição de Bourguiba como secular não implica dizer que ele removeu ou separou o Islã da esfera política. Em vez disso, Bourguiba reinterpretoou o Islã para servir o projeto de construção de um estado nacional e moderno. Veja Michel Camau e Vincent Geisser, *Habib Bourguiba: La Trace et l'héritage* (Paris: Karthala, 2004).
18. O discurso foi proferido em 19 de julho de 2013 no Centro de Estudos do Islã e da Democracia, em Túnis, e pode ser visto em: www.youtube.com/watch?v=B8xn-Wt_Py0.
19. Entrevista com o autor, Tunísia, 19 de setembro de 2014. A identidade do autor foi mantida em sigilo por pedido do mesmo.
20. Entrevista com o autor, Túnis, 9 de setembro de 2014.
21. Olivier Ravanello e Rachid Ghannouchi, *Au sujet de l'Islam* (Paris: Plon, 2015), 31.

Como a Mídia Destruiu as Transições*

Marc Lynch

Marc Lynch é professor de ciência política e relações internacionais e diretor do Projeto de Ciência Política sobre o Oriente Médio da Universidade George Washington.

Os levantes árabes de 2011 explodiram em uma região moldada por uma década e meia de transformações revolucionárias no mundo da mídia árabe. Esta revolução foi dirigida pela televisão por satélite, rádio local, agências de notícias semi-independentes e a Internet¹. Esta nova mídia, especificamente, desempenhou um papel vital nos levantes políticos de 2011. Ela trouxe notícias e opiniões críticas para um público amplo, deu espaço aos que não tinham voz, construiu laços entre ativistas e cidadãos comuns e ligou protestos locais a uma poderosa narrativa maior de levante regional.

Os levantes políticos afetaram o cenário da mídia diretamente, possibilitando o rápido lançamento de dezenas de novas estações de televisão, jornais e websites independentes. Em poucos anos, porém, a maioria das tentativas de transição democrática fracassou – e a mídia, com certeza, teve algo a ver com isso. Órgãos da mídia que haviam sido cruciais para os levantes degeneraram rapidamente em plataformas altamente partidárias a serviço de autoridades estatais ou facções políticas. Por que a mídia dirigiu a onda de levantes que sacudiu o

*Publicado originalmente como “How the media trashed the transitions”, *Journal of Democracy*, Volume 26, Número 4, Outubro de 2015 © 2015 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

mundo árabe em 2011, e depois contribuiu para o seu fracasso na consolidação das instituições democráticas²?

Os fracassos da mídia árabe, no despertar da chamada Primavera Árabe, são uma história que serve de lição. São um aviso sobre as ciladas que se alinham pelo caminho da transição entre um governo autoritário e uma esfera pública pluralista. No mundo árabe, boa parte daquilo que, na mídia, facilitou a súbita emergência de movimentos de protesto de massa, também acabou sendo prejudicial à consolidação das transições democráticas. O fracasso das reformas da mídia estatal, o medo intenso gerado pela incerteza institucional radical e as lutas pela identidade e por estruturas de poder de estados de transição se misturaram no interior de um ecossistema de mídia já polarizado e partidário que levou ao desencantamento político e à polarização social. O ressurgimento autoritário ou o malogro imediato do estado eram resultados mais do que esperados.

A mídia árabe desempenhou um papel destrutivo durante as tentativas de transição por três grandes razões: captura política, propaganda do medo e polarização. Primeiro, a mídia mostrou que é susceptível de ser capturada politicamente por estados, movimentos políticos ou velhas elites³. Estações transnacionais de televisão por satélite, como a Al Jazeera, que já serviu como uma esfera pública virtual árabe, transformaram-se em personagens partidários que apoiam os interesses de seus patronos estatais ou de seus representantes locais. Setores da mídia estatal resistiram a importantes reformas, deixando que canais de televisão e outros meios de comunicação de grande audiência se tornassem uma arma potente nas mãos de aparatos de segurança e do velho regime. A maioria das novas estações de televisão e outros meios de comunicação pertencia a empresários ricos e politicamente ambiciosos, ou a movimentos políticos, e as coberturas eram talhadas de forma a atender a seus interesses.

Em segundo lugar, tanto os meios de comunicação de massa quanto a mídia social aumentaram o medo e a incerteza que inevitavelmente acompanham as transições. Ambos elevaram os temores ao publicar informações, ideias e rumores preocupantes, e também encorajaram segmentos do público a se auto-segregarem em câmaras de eco onde somente este tipo de informações polarizadas tendia a circular. Em nenhum lugar isto foi visto com mais intensidade do que no Egito, onde decisões de tribunais politizados, debates constitucionais mal projetados e constantemente adiados, e crescentes divisões entre muçulmanos e seus inimigos propiciaram as frestas para a restauração autoritária. Enquanto no começo da Primavera Árabe a mídia tendia a apoiar o entusiasmo revolucionário fazendo a propaganda da esperança por mudanças reais, em meados de 2011 relatos da violência que irrompia na Líbia, Síria e Iêmen assustavam os cidadãos que assim começavam a esperar pelo pior.

Finalmente, a captura política e a incerteza institucional criaram as condições ideais para uma intensa polarização. É comum que as redes de comunicação busquem seus nichos políticos distintos e se atenham a estes grupos, excluindo outros. Os islamitas assistiam a um determinado conjunto de canais de televisão e postagens no Twitter, enquanto os seus adversários assistiam a coisas completamente diferentes. As redes que tentaram permanecer no meio termo geralmente lutavam para conseguir audiência. Assim, a Al Jazeera deixou de ser uma fonte primária de notícias que cruzava as linhas ideológicas para se tornar uma rede voltada aos islâmicos, sendo então marginalizada por seus inimigos. A mídia nos estados em transição como o Egito e a Tunísia rapidamente se polarizou assim que o momento do entusiasmo revolucionário deu lugar ao duro combate político acerca da extensão das reformas, da distribuição de poder e da identidade do estado. Em estados debilitados como a Líbia e o Iêmen, não havia uma mídia nacional confiável e as redes que se alinharam com esta ou aquela facção ideológica ou local se tornaram a fonte primária de informação. Na mídia

social, a auto-segregação em agrupamentos ideológicos ou sectários levou a política para o extremismo, corroeu os pontos em comum, e acentuou ainda mais os conflitos e divisões.

Pelo menos parte da culpa pelo fracasso das transições árabes pode ser atribuída aos efeitos destrutivos do ambiente da nova mídia. A mídia contribuiu para a falência da transição do Egito e quase sabotou a da Tunísia. Na Líbia, Síria e Iêmen, a mídia fragmentada contribuiu para a polarização, proporcionou um veículo chave para combates por procuração* entre potências regionais e deu forma à lógica da violência. Até mesmo os estados que afastaram com sucesso as mobilizações populares através de reformas políticas e constitucionais, como o Marrocos e a Jordânia, usaram a mídia para obter apoio para seu projeto e para enfraquecer os protestos.

A Mídia Árabe Antes e Depois dos Levantes

O papel que a mídia árabe desempenhou após os levantes só pode ser compreendido à luz da história, recuando-se décadas atrás. Nos anos 1970s e 1980s, a maioria dos países árabes desenvolveu formas intensamente repressivas de censura e de dominação estatal da mídia. Enquanto os aspectos específicos dos sistemas nacionais de controle diferiam entre si, os meios de comunicação de massa em geral serviam como instrumento para o controle de informação e para a mobilização das pessoas a serviço do poder⁴. Os cidadãos mais sofisticados podiam obter fontes independentes de informação, como as transmissões de rádio da VOA e da BBC, mas a maior parte dos cidadãos só podia contar com a mídia nacional.

Isto mudou nos anos 1990 e 2000, quando a rede aberta por satélite da Al Jazeera acabou com os monopólios estatais da informação e inaugurou uma era de televisão competitiva e transnacional no mundo árabe. A competição do exterior forçou a maioria das estações de

* *Proxy warfare*, em inglês.

televisão a se adaptar e modernizar. Alguns países, como o Egito, desenvolveu uma imprensa política diversa e combativa. Já no final da primeira década deste século, a maior parte dos árabes podia escolher entre centenas de canais livres por satélite, ao mesmo tempo em que o acesso à Internet tornava-se quase onipresente nas principais cidades. Essas mudanças transformaram o mundo árabe, que de buraco negro informacional tornou-se uma sociedade saturada pela mídia.

Em vez de enfatizar uma única plataforma, como o Twitter, Facebook ou televisão por satélite, é mais produtivo entendê-las como um conjunto formador de uma ecologia midiática singular: o conteúdo de rádio e televisão circulava com frequência pela mídia social, enquanto a mídia social era uma importante fonte de imagens, vídeo e informação para os meios de comunicação de massa (este foi principalmente o caso do conteúdo de zonas de conflito como a Síria, onde poucos jornalistas ousavam circular). Rádio e televisão, imprensa e mídia social formaram uma simbiótica relação, uma com a outra, enquanto que a mídia internacional passou a buscar conteúdo das redes sociais do Oriente Médio. Na Arábia Saudita e na maioria dos países do Golfo, o Twitter era a mídia principal, enquanto na África do Norte, o Facebook era mais amplamente usado. E a televisão reinava quase em todos os lugares.

O ambiente árabe de informação tinha três traços distintivos, comparado ao de outras regiões que haviam passado por ondas de democratização potencial. Em primeiro lugar, todos os países árabes estavam embutidos em um ecossistema midiático transnacional de língua árabe. Em segundo, o grau de controle estatal direto e indireto sobre a mídia nacional árabe era comparativamente alto. E, finalmente, a mídia social introduziu novas dinâmicas até então inéditas nas transições democráticas de décadas passadas. Vamos considerar cada um destes traços.

1) Rádio e televisão transnacional. A Al Jazeera e outras estações de televisão transnacionais de língua árabe desempenharam um papel crucial na divulgação dos primeiros protestos tunisianos, no final

de 2010 e início de 2011, encaixando-os no contexto maior de uma história árabe de levantes populares, para uma enorme audiência de falantes de língua arábica. Estas redes de rádio e televisão abertas facilitaram uma “mudança de escala” à medida que lutas locais foram se juntando em um quadro de narrativa comum que ajudou a disseminar o protesto de um país a outro. A difusão do protesto da Tunísia para o Egito, e de lá para praticamente toda a região, seria difícil de imaginar sem este ambiente midiático unificador.

A mídia transnacional logo degenerou em uma arena de lutas regionais pelo poder, com a Al Jazeera servindo aos interesses do regime de Qatar e as organizações midiáticas sauditas se alinhando com as políticas regionais de Riad. Bahrain foi um ponto crítico, pois as estações árabes ou ignoraram os dramáticos eventos que ocorriam lá, ou enviaram suas coberturas sobre os levantes populares em termos sectários de modo a justificar a intervenção militar no país liderada pelos sauditas. Na Líbia e na Síria, a maioria das estações pan-arabista fez campanha aberta pelos grupos rebeldes de sua escolha, e depois por facções específicas no interior destas insurgências. A Al Jazeera identificou-se com a Irmandade Muçulmana do Egito e com a Ennahda da Tunísia, enquanto outras estações espalhavam histórias sensacionalistas que alimentaram a ira e suspeita anti-islâmica.

Esta virada partidária, juntamente com as imagens de colapso de estados e violência vindas da Líbia e da Síria, provavelmente contribuiu para o esmorecimento do entusiasmo pelos levantes populares. O partidarismo também acabou com qualquer esperança de que a mídia transnacional pudesse oferecer um fórum neutro no qual as diferentes narrativas da mídia nacional pudessem coexistir e talvez até mesmo dialogar umas com as outras. As redes de rádio e televisão, tão essenciais para galvanizar e disseminar os levantes, fizeram muito pouco pela consolidação democrática e, na verdade, até contribuíram para a destruição dos processos de transição.

2) Mídia nacional. Uma transição que se afasta do governo autoritário deveria, por princípio, acarretar o surgimento de uma esfera pública nacional mais aberta, capaz de monitorar a política doméstica e responsabilizar os políticos por seus atos, dar atenção e assistência aos assuntos locais e tornar-se o ponto de referência para a formação da opinião nacional. Em alguns estados, os primeiros dias da Primavera Árabe de fato testemunharam o surgimento de uma ampla variedade de novas mídias nacionais, desde rádio e tevê até jornais. Reformas institucionais e legais truncadas e uma polarização que crescia vertiginosamente, porém, logo destruíram os jovens brotos. Ao solapar o consenso político sobre a identidade nacional e “regras do jogo” básicas, a mídia nacional promoveu não o florescimento, mas a destruição das transições.

Egito e Tunísia, os dois países onde os manifestantes colocaram os autocratas para correr, são casos que têm mais ou menos as mesmas coisas para contar no que se refere à mídia nacional. Enquanto a mídia da Tunísia já era há muito tempo rigidamente controlada, a do Egito era comparativamente turbulenta, e ambos os países não viram acontecer grandes aberturas na mídia nas décadas que antecederam os levantes. Novas plataformas de mídia floresceram quando ditadores de longo tempo caíram, mas uma escassez de recursos e de experiência deixou as novas iniciativas no Egito e na Tunísia abertas para serem capturadas por interesses dos ricos, por movimentos políticos ou pelo estado. O fracasso da reforma da mídia estatal deixou intacta uma arma poderosa, da qual as velhas elites puderam se apoderar para defender seu status ameaçado.

Vale a pena explicar brevemente por que a reforma da mídia provou-se tão difícil⁵. No meio de intensa polarização e com regras em disputa, cada protagonista temia que um odiado rival político pudesse rapidamente obter o controle de um “alto comando”, tal como um setor de mídia repentinamente mais livre. Em um jogo de placar zero, sem regras estabelecidas, em uma arena fortemente polarizada, cada

movimento em direção à reforma institucional era interpretado como um expurgo político visando a captura institucional permanente. O recém-eleito presidente Mohamed Morsi, do Egito, e o partido Ennahda da Tunísia, por exemplo, tinham todos os motivos para buscar mudanças fundamentais nas instituições situadas no coração do velho regime, desde o ministério do interior até o rádio e tevê estatais, e a maior parte dos revolucionários concordava que estas mudanças eram essenciais.

No entanto, cada esforço nesta direção fez brotar o medo nos adversários políticos, que temiam que os islamitas simplesmente se apoderassem destas instituições com o objetivo de impor seu próprio governo. Tentativas de reforma levaram a sociedade civil e jornalistas a se unirem contra o que eles viam como golpes dos Islamitas para se apoderarem da mídia e do estado. O fracasso da reforma da imprensa e do rádio e teledifusão deixou estes órgãos nas mãos de elites que se beneficiavam da velha ordem e que, portanto, temiam as mudanças.

O Egito sempre teve uma esfera pública mais robusta e destemida do que outros regimes árabes autoritários mais fortemente controladores⁶. O regime Mubarak mantinha mão de ferro sobre o rádio e a televisão abertos, além dos serviços de inteligência que também impunham certos limites, mas a imprensa egípcia era regularmente crítica, com colunistas independentes e jornalistas opinativos. Bem antes da revolução, a mídia no Egito já havia evoluído em uma mistura de dinossauros dirigidos pelo estado, respeitados jornais diários privados e tabloides combativos, com a adesão, mais recentemente, de blogs ativistas e da mídia social.

Quando a revolução eclodiu, no alvorecer de 2011, a mídia egípcia mais independente juntou-se às manifestações. Estações de televisão como a ONTV promoveu debates políticos e programas influentes que conduziram a agenda nacional⁷. A visão de generais de primeiro escalão sendo questionados ao vivo na televisão parecia ser o primeiro sinal de que uma clássica esfera pública liberal-democrática estava

nascendo. E davam a mesma impressão os robustos debates que começaram a aparecer na imprensa, quando importantes jornais diários abriram suas páginas a uma ampla variedade de novos autores e deixaram cair os velhos limites à crítica política.

Mas isto não duraria muito. A unidade momentânea da mídia pós-revolucionária rapidamente degenerou em um ambiente tóxico, polarizado e sensacionalista que fomentou as piores tendências políticas. A mídia estatal permaneceu praticamente intacta e rapidamente voltou aos velhos hábitos⁸. Ela aquiesceu quando o Conselho Supremo das Forças Armadas, que assumiu o governo do Egito de fevereiro de 2011 até a eleição presidencial de junho de 2012, se recusou a permitir um sério escrutínio do setor militar. Pessoas que desafiavam o velho regime passaram a fazer ataques pela imprensa⁹. Ativistas e manifestantes foram demonizados como agentes de desestabilização a mando de potências estrangeiras e responsabilizados pelas enfermidades do país. Em outubro de 2011, notícias inflamadas e enganosas incitaram ataques sangrentos aos protestos que cristãos coptas promoviam em frente aos escritórios da rádio e televisão do estado egípcio.

Quando Morsi, da Irmandade Muçulmana, foi eleito presidente em junho de 2012, nada se aquietou. As instituições estatais se rebelaram diante da perspectiva do governo islâmico; não surgiu nenhuma alternativa unificada para um caminho de transição; a Irmandade debateu-se, a esmo, em seus esforços para impor a ordem; e a sociedade se dividiu. Tanto a mídia estatal como a privada fizeram campanhas contra a Irmandade, combinando alarmismo em relação às ambições islâmicas com pesada cobertura da degradação econômica e social que atiçaram o descontentamento popular. Organizações de mídia antes conhecidas por criticar os poderosos passaram a agir como apologistas de um estado de segurança revivido, enquanto figuras conservadoras antes marginalizadas foram para o centro da esfera pública. Coberturas abertamente a favor das manifestações contra Morsi, no final de junho de 2013, prepararam o terreno para sua remoção do poder por

um golpe militar, no início de julho – ato que a maior parte da mídia comemorou efusivamente.

Depois disso, o regime arrebatou a imprensa ainda mais intensamente¹⁰. Jornalistas e apresentadores de televisão competiam entusiasmaticamente entre si para ver quem conseguia ser mais fiel às versões oficiais. A concentração de manifestantes da Irmandade Muçulmana que protestavam na Praça Rabaa, no Cairo, foi tratada como motivo para alarme, e a atitude das forças de segurança, que massacraram ali mais de uma centena de pessoas, em agosto de 2013, teve cobertura favorável da mídia. Todos que apoiaram a revolução tiveram que sair dos canais de rádio e televisão, sendo que alguns foram assediados ou até presos, no que o político liberal Amr Hamzawy chamou de tempos “neofascistas” da história da mídia egípcia¹¹. O cirurgião e comediante de televisão Bassem Youssef, cujo show humorístico havia sido tão crítico à presidência de Morsi, teve seu programa cancelado praticamente antes de iniciar sua primeira temporada depois do golpe.

Embora a transição na Tunísia tenha se dado melhor do que a do Egito, a mídia nacional em ambos os países seguiu por caminhos semelhantes. Apesar das experiências limitadas com rádio e televisão semi-independente, a mídia da Tunísia era mais rigidamente controlada do que a do Egito sob o velho regime¹². Depois da revolução, jornalistas e cidadãos não deixaram escapar a chance de construir um verdadeiro setor de mídia. Em 2011, uma nova lei de imprensa reduziu as piores restrições. Em 2012 foi criado um novo corpo de fiscalização fora do Ministério da Informação¹³. E a Constituição de 2014 inclui proteções robustas às liberdades de expressão e de imprensa.

Estas reformas foram mais longe do que as implementadas no Egito, mas ainda assim foram insuficientes. A velha guarda continua a dominar a rádio e a televisão nacionais. Os proprietários de estações de televisão privadas usam com frequência a programação para promover a si mesmos e para adular agendas políticas¹⁴. Enquanto isto, o movimento político Ennahda e seu rival Nidaa Tounes adquiriram

suas próprias estações¹⁵. Como no Egito, o crescimento da mídia partidária encorajou o público a se dividir em campos mutuamente hostis e intolerantes.

A transição da Tunísia quase se rompeu, em meados de 2013, em meio a uma histeria política atizada pela mídia. Como no Egito, a mídia ajudou a mobilizar o descontentamento contra a eleição de um governo islamita. Reportagens sensacionalistas em assuntos como o assassinato, em fevereiro de 2013, do opositor Chokri Belaid, a atividade islamita nas universidades e alegações de corrupção e infiltração de instituições estatais pelo Ennahda galvanizaram a desconfiança e a ira da população. Durante a campanha presidencial de 2014, o presidente Moncef Marzouki criticou raivosamente a imprensa, chamando-a de “reminiscência adormecida do velho partido” e as estações de televisão de “mídia mentirosa e corrupta, que não tem o direito de falar em nome dos tunisianos”¹⁶.

As experiências do Egito e da Tunísia mostram como as mídias nacionais que não passaram por reformas podem solapar as transições democráticas. Na Jordânia e no Marrocos, onde regimes monárquicos usaram reformas modestas para se apropriarem antecipadamente das transições, o controle direto e indireto da mídia serviu para promover as virtudes de uma mudança constitucional limitada, para demonizar manifestações e plantar o temor de distúrbios sangrentos. Em estados violentos e falidos como a Líbia e o Iêmen, a proliferação de estações locais e nacionais alinhadas com facções políticas particulares contribuiu para a polarização, o medo e a insegurança¹⁷.

3) Mídia social. Muitos esperavam que o Facebook, Twitter e outros do gênero proporcionariam um antídoto ao legado tóxico da mídia árabe oficial, mas este acontecimento feliz não se realizou. As novas plataformas trouxeram mudanças para o mundo da mídia árabe, mas não foram capazes de escapar de suas patologias – e na verdade, com frequência ainda pioraram a situação¹⁸.

A mídia social raramente causa instabilidade social na ausência de descontentamentos ou condições estruturais já existentes, mas ela age como uma força de aceleração e intensificação de muitas formas de mobilização política, podendo por isso facilitar repentinas eclosões de intensa contenda política¹⁹. As plataformas de mídia social oferecem aos descontentes os instrumentos para a organização de movimentos, disseminando informação e escapando ao controle estatal sobre o fluxo de notícias e ideias. A mídia social, com seu imediatismo e intimidade mediada, pode criar um desejo maior de ajudar uma causa comum – enviando dinheiro, ou até mesmo se engajando em uma zona de conflito.

Porém, o que ajuda o ativismo não favorece necessariamente a consolidação da democracia. A aceleração e a intensificação da comunicação política nutrem um senso de crise constante, enquanto que o fluxo de boatos através de redes partidárias e sectárias exacerba a distância social. Infelizmente, as mesmas qualidades que fizeram do Facebook e Twitter instrumentos tão úteis para a coordenação dos protestos durante a mobilização de oposição às ditaduras, também fizeram destes sites meios de transporte de boatos e histórias falsas altamente destrutivas, nos períodos de transição.

O Lado Anti-Social da Mídia Social

Há dois aspectos sobre ambientes mediados socialmente – podemos chamá-los de “auto-seleção” e “capacidade de tornar-se viral” – que podem tornar a mídia social destrutiva em situações de transição. Em poucas palavras, isto se refere ao fato de que a mídia social leva as pessoas a se juntarem em comunidades relativamente fechadas a partir de suas ideias em comum, e as encoraja a ver as coisas de uma forma peculiarmente urgente e intensa, a partir de informações – incluindo imagens viscerais – que jorram amplamente nas redes, na velocidade da luz. Os indivíduos que se concentram em agrupamentos informacionais tendem a ser expostos apenas a informações que confirmam

seus pontos de vista, e quando signos discordantes aparecem, normalmente é apenas para serem ridicularizados ou questionados.

Os debates que ocorrem no interior de agrupamentos de cabeças similares tendem a favorecer o extremista, em detrimento do moderado cauteloso. Isto tem implicações perturbadoras em países com divisões sociais, étnicas ou políticas. A mídia social é ótima no cultivo do sentimento de identidade ofendida entre “os de dentro” e também na mobilização de fúria e ressentimento contra “os de fora”. O ódio cultivado contra os inimigos internos pavimentou o caminho para a entusiasmada adesão popular ao golpe de 2013 no Egito, enquanto que o sectarismo e o jihadismo correram soltos pela mídia social nos estados do golfo.

A mídia social, então, serviu para reforçar e não para contrabalancear os efeitos negativos das transmissões da mídia nacional e transnacional depois dos levantes árabes. O movimento online em direção ao fechamento em grupos sociais e ao conflito mais exacerbado amplificou as vozes extremadas, deu asas a boatos malignos, e impediu que posições de meio termo se estabelecessem. O desfecho foi que as reformas significativas ficaram mais difíceis, a polarização social mais dura e as transições mais predispostas a fracassar.

É claro que o papel da mídia não deve ser visto fora do contexto geral dos desafios políticos. Os efeitos perniciosos da mídia árabe emergiram em ambientes transicionais caracterizados pela incerteza institucional, insegurança pessoal e divisões ideológicas ou sectárias. Esta incerteza, medo e ira criaram um clima fértil e uma audiência ávida por uma mídia sensacionalista que atizava boatos, incitava o ódio contra adversários políticos, e estimulava as narrativas que promoviam divisão e demonização. Em especial, os momentos transicionais na maior parte dos casos árabes revelaram intensas discordâncias sobre identidade nacional e profundos receios quanto ao futuro.

Longos atrasos e processos muito contestados na composição do esboço de novas constituições contribuíram para a intensidade das dis-

putas identitárias. Momentos iniciais de unidade deram lugar à polarização regional, étnica, sectária ou ideológica e colocaram islamitas contra anti-islamitas. A mídia populista, orientada para a mobilização, interagiu com as redes sociais polarizadas, o que dirigiu os discursos aos extremos, e intensificou as divisões entre os grupos.

Os últimos dois anos têm sido depressivos para aqueles que tinham fé na emergência de uma nova esfera pública árabe. Regimes e velhas elites levantaram-se para dar conta do desafio, e viraram o novo ambiente de mídia a seu favor com uma facilidade decepcionante. A mesma mídia que ajudou a lançar os levantes árabes mostrou-se igualmente eficiente na condução de ressentimentos, medo e divisão, e na desmobilização de públicos exaustos. Mas o desespero é prematuro. As transformações subjacentes no ambiente da mídia que originalmente deram poder aos levantes árabes ainda não desapareceram. Nem tampouco se diluiu o profundo descontentamento que deu origem às ondas de protestos. Quando as condições políticas mudarem, provavelmente a mídia irá de novo acelerar e intensificar os protestos e desafios políticos aos frágeis novos regimes autoritários da região.

Notas

1. Marc Lynch, *Voices of a New Arab Public* (New York: Columbia University Press, 2006); Lynch, *The Arab Uprising: The Unfinished Revolutions of the New Middle East* (New York: Public Affairs, 2012).

2. Zafrullah Khan and Brian Joseph, "Pakistan After Musharraf: The Media Take Center Stage," *Journal of Democracy* 19 (October 2008): 32–37; Katrin Voltmer, *The Media in Transitional Democracies* (New York: Polity, 2013), 6. See also Marc F. Plattner, "Media and Democracy: The Long View," *Journal of Democracy* 23 (October 2012): 62–73.

3. Daniel Brumberg, "Transforming the Arab World's Protection-Racket Politics," *Journal of Democracy* 24 (July 2013): 88–103.

4. William A. Rugh, *Arab Mass Media: Newspapers, Radio, and Television in Arab Politics* (Westport, Conn.: Praeger, 2004).

5. Andrew K. Milton, "Bound But Not Gagged: Media Reform in Democratic Transitions," *Comparative Political Studies* 34 (June 2001): 493–526.

6. Naomi Sakr, *Transformations in Egyptian Journalism* (London: I.B. Tauris, 2013); Edward Webb, *Media in Tunisia and Egypt: From Control to Transition?* (New York: Palgrave, 2014).

7. Ramy Aly, "Rebuilding Egyptian Media for a Democratic Future," *Arab Media and Society* (Summer 2011); Mark Allen Peterson, "Egypt's Media Ecology in a Time of Revolution," *Arab Media and Society* (Summer 2011).

8. Rasha Abdulla, "Egypt's Media in the Midst of Revolution," *Carnegie Papers*, July 2014; Anne Alexander and Miriyam Aoragh, "Egypt's Unfinished Revolution: The Role of the Media Revisited," *International Journal of Communication* 8 (2014): 890–915; Fatima el-Issawi and Bart Cammaerts, "Shifting Journalistic Rules in Democratic Transitions: Lessons from Egypt," *Journalism* (2015): 1–18.

9. Miriam Berger, "A Revolutionary Role or a Remnant of the Past? The Future of the Egyptian Journalist Syndicate After the January 25 Revolution," *Arab Media and Society* 18 (Summer 2013); Jared Maslin, "Pro-Regime Journalists Are Shaping Public Opinion in Egypt," *Columbia Journalism Review*, 22 January 2015.

10. Yahya Qallash, "The Egyptian Media After January 25 and June 30," *Al-Ahram* (Cairo), 19 October 2014 (Arabic); Mohammed Elmashed, "We Completely Agree: Egyptian Media in the Era of President el-Sisi," *Committee to Protect Journalists*, 28 April 2015, <https://cpj.org/x/5fe4>.

11. Amr Hamzawy, "Types of Arab Neo-Fascist Media," *Al-Masry al-Youm* (Cairo), 19 July 2014 (Arabic).

12. Rikke H. Haugbolle and Francesco Cavatorta, "'Vive la grande famille des médias tunisiens': Media Reform, Authoritarian Resilience and Societal Responses in Tunisia," *Journal of North African Studies* 17, no. 1 (2012): 97–112; Fatima el Issawi, "Tunisian Media in Transition," *Carnegie Papers*, July 2012; Pietro Longo and Azzurra Meringolo, eds., "The Tunisian Media: Between Polarization and Compromise," <http://arabmediareport.it/the-tunisian-media-between-polarization-and-compromise>

13. Longo and Azzuro, "Tunisian Media," 9–10.
14. Tunisia's Media: From Serving the Regime to Serving Agendas (in Arabic) (Tunis, 2013).
15. Nur al-Din Baltayib, "The Tunisian Media in the Heart of the Battle" (in Arabic), *Al-Akhbar*, 27 September 2014.
16. Citado em *Al-Balad* (in Arabic), 3 November 2014.
17. Anja Wollenberg and Jason Pack, "Rebels with a Pen: Observations on the Newly Emergent Media Landscape in Libya," *Journal of North African Studies* 18, No.3 (2013): 191–210; Fatima el Issawi, "Transitional Libyan Media: Free at Last?" *Carnegie Papers* (May 2013); Naji Abou-Khalil and Laurence Hargreaves, "Libyan Television and its Influence on the Security Sector," U.S. Institute of Peace Special Report 364 (April 2015).
18. Larry Diamond, "Liberation Technology," *Journal of Democracy* 21 (July 2010): 69–83; Philip Howard and Muzammil Hussain, "The Upheavals in Egypt and Tunisia: The Role of Digital Media," *Journal of Democracy* 22 (July 2011): 35–48.
19. Marc Lynch, "After Egypt: The Promise and Limits of Social Media," *Perspectives on Politics* 9 (June 2011): 301–18.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>